

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KELEN BARBOZA GRANDO

**A TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL:
IMPACTOS NOS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA DO
MERCOSUL DE 2012 A 2019**

Porto Alegre

2023

KELEN BARBOZA GRANDO

**A TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL:
IMPACTOS NOS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA DO
MERCOSUL DE 2012 A 2019**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luiza Peruffo

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Barboza Grando, Kelen
A TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL:
IMPACTOS NOS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA DO
MERCOSUL DE 2012 A 2019 / Kelen Barboza Grando. --
2023.
75 f.
Orientador: Luiza Peruffo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Onda Rosa. 2. Onda Azul. 3. Mercosul. 4.
Cooperação Financeira. I. Peruffo, Luiza, orient. II.
Titulo.

KELEN BARBOZA GRANDO

**A TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL:
IMPACTOS NOS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA DO
MERCOSUL DE 2012 A 2019**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Luiza Peruffo — orientadora
UFRGS

Prof. Dr. André Moreira Cunha
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha família, pois sem o apoio incondicional deles, eu jamais teria as condições de estar finalizando essa graduação, ou até mesmo de tê-la iniciado. Expresso minha gratidão à minha mãe, Margarete, por ter me empoderado desde cedo, por me incentivar e por constantemente me fazer acreditar na minha capacidade de superar limites. Manifesto minha gratidão ao meu pai, Gilberto, por ser um modelo inspirador, por ter me ensinado a valorizar minha educação e por ter proporcionado o suporte emocional e estrutural necessário para que eu pudesse focar completamente nos meus estudos, mesmo diante de todos os obstáculos ao longo desse percurso. Obrigada por vocês terem feito de tudo para me oferecer as oportunidades que vocês não tiveram. Por último, expresso meu agradecimento à minha irmã, Kétlin, por ser meu apoio constante e alguém em quem posso sempre confiar. Além de ser minha irmã, ela também é uma amiga, alguém com quem posso compartilhar meus pensamentos, e agradeço por ser um dos meus pilares mais fortes.

Em segundo lugar, agradeço a UFRGS, universidade que contribuiu muito para minha educação, me permitiu sonhar e me posicionou em uma realidade privilegiada quanto estudante. Entrei na faculdade de Relações Internacionais em busca de conhecimento e uma colocação profissional, nela descobri novas áreas de interesses, através de Projetos de Extensão, Grupos de Pesquisas e de Estudos com significativos impactos sociais. Além disso, pude realizar um grande sonho de fazer uma mobilidade internacional, experiência que me expôs a oportunidades e mudou minha trajetória e sou grata ao Professor André Moreira Cunha, por ter me incentivado a seguir esse objetivo e me oferecido todo suporte para alcançá-lo, bem como pela orientação na iniciação científica. Além disso, a colaboração da equipe da biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS foi de extrema importância para finalizar este trabalho. Tive a honra de ser orientada pela professora Luiza Peruffo nesta reta final da graduação, certamente cumpriu com maestria esse papel, foi muito importante contar com suas diretrizes precisas e com seu vasto conhecimento sobre a área de abordagem desse trabalho de conclusão de curso.

Por último, expresso minha gratidão a todos os colegas que com quem compartilhei esta jornada, bem como aos demais membros do corpo docente da UFRGS, cuja orientação moldaram tanto minha formação profissional quanto meus princípios de vida. Recordo-me de uma aula em que se mencionou que a UFRGS deixaria uma marca eterna em nossas vidas. Agora, concluo este ciclo com o orgulho de carregar essa marca comigo. Durante muito tempo, a UFRGS foi minha segunda casa, e sempre serei grata por todas as experiências que ali vivenciei.

RESUMO

No final dos anos 1990, surgiu a chamada Onda Rosa, caracterizada pela ascensão de partidos de esquerda que buscavam promover reformas sociais. Esse período representou uma mudança significativa no cenário político da região, através do fortalecimento da democracia, bem como priorização de tópicos como a cooperação regional nas medidas de política externa dos países. Porém, a partir da metade dos anos 2010, houve uma reversão dessa tendência, com diversos partidos de direita conquistando o poder e dando origem à Onda Azul, também conhecida como Onda Conservadora. Esse movimento é caracterizado pela vitória de ideais de direita nos processos eleitorais e define a atual configuração de partidos e lideranças no poder. Além disso, esses governos adotaram medidas de política externa mais liberais e com isso a dinâmica da cooperação financeira pode ter enfrentado desafios devido à ênfase em acordos bilaterais e maior abertura ao comércio global. A partir das experiências decorrentes dessa transição, o presente trabalho buscou examinar as mudanças políticas e econômicas ocorridas na região, seus impactos nos mecanismos de integração financeira do Mercosul. O objetivo do trabalho é avaliar se a transição da onda rosa para a onda liberal representaram um avanço ou retrocesso para mecanismos como Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), também conhecida como Banco de Desenvolvimento da América Latina, os quais foram importantes marcos para a integração financeira dos países que compõem o Mercosul.

Palavras chaves: Onda Rosa. Onda Neoliberal. Mercosul. Cooperação financeira.

ABSTRACT

By the end of the 1990s, emerged the so-called “Pink Tide”, characterized by the ascension of left-wing parties that looked to promote social reforms. This period represented a significant change in the political landscape of the region, through the bolster of democracy, as well as the prioritization of topics such as regional cooperation in external political affairs. Nevertheless, by the half of 2010s decade, there was a reversion of that trend, with various right-wing parties rising to power, which originated the so-called “Blue Wave”, also known as “Conservative Wave”. This movement is characterized by the win of right-wing ideals in respect of the electoral processes and defines the current parties and leadership configurations. Furthermore, governments adopted a more liberal set of external political measures, and by that, the financial cooperation dynamics could have faced challenges due to the emphasis on bilateral agreements and the increased opening of the world's market. By the experiences gathered from this transition, the present paper sought to examine the political and economical changes in the region, and the impacts of such changes in the financial integration mechanics in the Mercosur. The objective of the paper is to evaluate if the Pink Tide to Liberal Wave transition represented a breakthrough or a regression to mechanisms such as Structural Convergence Fund of MERCOSUR (FOCEM), Local Currency Payment System (SML) and development bank of Latin America (CAF), which were the most important marks to the financial integration of the Mercosur countries.

Keywords: Pink Tide. Neoliberal Wave. Mercosur. Financial Cooperation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exportações da Argentina entre 1980 e 2018	37
Figura 2 - Exportações do Brasil entre 1980 e 2018	39
Figura 3 - Exportações da Paraguai entre 1980 e 2018	42
Figura 4 - Exportações da Uruguai entre 1980 e 2018	43
Figura 5 - Contribuição dos Estados Partes ao FOCEM a partir de 2015	48
Figura 6 - Recursos disponibilizados aos Estados Partes para o financiamento de projetos pelo FOCEM	49
Figura 7 - Distribuição dos recursos do FOCEM no período de 2008 a 2019	50
Figura 8 - Estatísticas referentes à utilização do sistema de pagamentos em moeda local (2008-2011).....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Estatísticas referentes à utilização do sistema de pagamentos em moeda local entre Brasil e Argentina (2012-2019).....	53
Tabela 2 - Estatísticas referentes à utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Uruguai (2015-2019).....	53
Tabela 3 - Estatísticas Referentes à Utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Uruguai (2015-2019).....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ANDE	Administração Nacional de Eletricidade
ARCs	Acordos Regionais de Comércio
BCB	Banco Central do Brasil
BCIE	Banco Centro-americano de Integração Econômica
BCRA	Banco Central da República Argentina
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BHU	Banco Hipotecário do Uruguai
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Central Intelligence Agency
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
COSIPLAN/IIRSA	Conselho de Infraestrutura e Planejamento
EUA	Estados Unidos da América
FEM	Fórum Econômico Mundial
FMI (IMF)	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
Fonplata	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica

PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PTAX	Taxa de Câmbio entre o Real e o Dólar
SM	Secretaria do Mercosul
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
TEC	Tarifa Externa Comum
TICD	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
TLC	Tratado de Livre-comércio
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UTF/SM	Unidade Técnica FOCEM

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	MERCOSUL E OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA.....	14
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO MERCOSUL DE 2012 A 2019	18
2.1.1	Definição de cooperação financeira.....	23
2.1.2	Cooperação Financeira no Mercosul	24
2.2	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	30
3	ONDA ROSA E ONDA AZUL NA AMÉRICA DO SUL.....	32
3.1	ONDA ROSA E ONDA AZUL NA ARGENTINA	35
3.2	ONDA ROSA E ONDA AZUL NO BRASIL.....	38
3.3	ONDA ROSA E ONDA AZUL NO PARAGUAI	41
3.4	ONDA ROSA NO URUGUAI	42
3.5	ONDA ROSA NA VENEZUELA.....	44
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	45
4	IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL PARA A COOPERAÇÃO FINANCEIRA NO MERCOSUL.....	47
4.1	IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL NO FOCEM.....	47
4.2	IMPACTO DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL NO SML	51
4.3	IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA NEOLIBERAL NA CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)	54
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	60
5	CONCLUSÃO.....	62
	REFERÊNCIAS.....	67

1 INTRODUÇÃO

O subcontinente sul-americano tem sua história marcada pela industrialização tardia e por transformações da economia global, informacional e organizadas em rede que propiciaram a ampliação das desigualdades, as quais atingiram profundamente todas as escalas geográficas (CASTELLS, 1999). O resultado foi a reconfiguração da hierarquia entre os lugares graças ao avanço da globalização e as novas lógicas de divisão territorial do trabalho, que tornaram o espaço cada vez mais reticulado.

O fenômeno da industrialização tardia na América do Sul, em especial no Mercado Comum do Sul (Mercosul), somado às mudanças na economia global, caracterizada pela informacionalização e organização em rede, resultou na ampliação das desigualdades em todas as escalas geográficas, desde o subcontinente. Esse processo de globalização e a reconfiguração da divisão territorial do trabalho tornaram o espaço cada vez mais interconectado e complexo. Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006) utilizam a terminologia "espaços luminosos" e "espaços opacos" para ilustrar as diferenças entre os lugares em termos de acumulação de capital, atração de fluxos e competitividade no contexto do meio técnico-científico-informacional. Os espaços luminosos são aqueles que acumulam densidades técnicas e informacionais, tornando-se mais atraentes para atividades com alto conteúdo de capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Tendo em vista essa abordagem, os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas. O desequilíbrio entre espaços luminosos e espaços opacos dificulta o aprofundamento do processo de integração regional e a expansão da competitividade do Mercosul no cenário internacional, principalmente, por conta dos gargalos de infraestrutura existentes nos espaços opacos.

As últimas décadas foram marcadas por uma crescente atenção às mudanças políticas e ideológicas em diferentes regiões do mundo, impactando diretamente a dinâmica das relações internacionais. Nesse contexto, uma série de transformações políticas ocorridas na América Latina, como a chamada "Onda Rosa" e sua subsequente transição para a "Onda Azul", ganharam destaque na discussão acadêmica e no cenário internacional. Elucidando, a Onda Rosa, iniciada no final dos anos 1990 na América Latina, foi caracterizada pelo movimento de ascensão de liderança dos políticos de esquerda na região. Além disso, a onda emergiu através da convergência em torno de propostas de inclusão social, adoção de modelos novo

desenvolvimentistas¹ e o estabelecimento de instituições regionais focadas em energia, infraestrutura, concertação política e cooperação em segurança e defesa (LIMA; PINHEIRO, 2020).

Contudo, a crise de 2007-2008 teve um impacto significativo no ciclo de boom das commodities e trouxe à tona o conflito distributivo. Com a redução dos excedentes das exportações de commodities valorizadas, tornou-se inviável manter uma macroeconomia baseada na poupança externa com câmbio valorizado e taxas de juros elevadas, ao mesmo tempo em que se buscava expandir os gastos sociais e aumentar o salário mínimo de forma real. Globalmente, esse fenômeno pode ser associado à vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e ao surgimento de partidos de extrema-direita na Europa, o que coloca a onda conservadora na América do Sul em um contexto mais amplo. Na América Latina, a mudança de orientação política foi denominada de “Onda Azul” ou “Onda Conservadora” e foi observada em vários países, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru. A ascensão de governos conservadores e de extrema-direita alterou a orientação política e ideológica predominante na região (LIMA; PINHEIRO, 2020).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto da transição da Onda Rosa para a Onda Azul para a integração financeira do Mercosul, ao longo do período de 2012 a 2019. Além disso, os objetivos específicos centrar-se-ão em evidenciar os desafios do processo de integração financeira no Mercosul, bem como, a profundidade e efetividade dos mecanismos de integração financeira no bloco para aprimorar as bases institucionais da região, como a proposta do Banco de Desenvolvimento da América Latina, a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Para tanto, inicialmente será realizada uma análise acerca do Mercosul e destes mecanismos de integração financeira. Em seguida, o tema da Onda Rosa e Onda Azul será abordado, bem como seus impactos político e econômico em cada um dos países que compõem o Mercosul. Por último, serão avaliadas as experiências do SML, do FOCEM e da Corporação Andina de Fomento (CAF) no período de 2012 a 2019, o qual contempla a transição de ondas na maioria dos Estados-membros do Mercosul.

Assim, este trabalho se propõe a investigar o seguinte questionamento: como a transição da Onda Rosa para a Onda Azul influenciou os mecanismos de integração financeira do

¹ O novo desenvolvimentismo é uma corrente econômica que postula que o progresso econômico de um país advém da melhoria de suas estruturas produtivas, mediante avanços tecnológicos e acumulação de capital. Surgiu do "Consenso de São Paulo" e tem como principais teóricos Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luis Oreiro, Nelson Marconi e Paulo Gala (BRESSER-PEREIRA, 2020).

Mercosul no período de 2012 a 2019? Para responder a essa pergunta, serão trazidos dados extraídos diretamente dos relatórios dos mecanismos em questão, bem como a análise de trabalhos já produzidos sobre o tema. A hipótese que fundamentará esse trabalho é a de que, com a transição da onda rosa, ou seja, ascensão dos governos de esquerda, houve a criação e maior investimento nos mecanismos de integração financeira (SML, CAF, FOCEM) e com a ascensão da onda Neoliberal houve o desmantelamento desses mecanismos. Por fim, espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada do processo de integração financeira do Mercosul, permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios e oportunidades que as transições políticas podem apresentar para a cooperação econômica e a estabilidade da região.

2 MERCOSUL E OS MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA

A formação do Mercosul foi resultado da tendência global de formação de blocos regionais de países pela globalização econômica. Esses processos de integração são vistos como uma resposta dos Estados envolvidos para preservar a competitividade de suas economias diante dos impactos da globalização. A integração regional, de acordo com Biocca (2001), permite a preservação das identidades regionais e fortalece o papel do Estado nacional na comunidade internacional. Sua criação jurídica internacional se deu com o Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O bloco possui o objetivo de promover a cooperação, integração e o desenvolvimento dos Estados-membros e de outros países sul-americanos que venham a aderir ao bloco. Além disso, a personalidade jurídica internacional do Mercosul foi declarada pelo Protocolo de Ouro em 1994, o que permite que o bloco exerça práticas necessárias para alcançar seus objetivos como a celebração de contratos, a aquisição ou alienação dos bens, a participação em processos judiciais, a manutenção de fundos e a realização de transferências (art.35) (SOARES FILHO, 2009).

Sobretudo, o Mercosul é um tratado de integração regional que tem como objetivo principal a criação de um mercado comum, com o intuito de buscar soluções para problemas comuns entre os países membros, como a expansão dos mercados, o aumento da produtividade, a inserção no mercado internacional, o endividamento externo e o desemprego. O bloco busca aprofundar iniciativas já existentes de cooperação econômica e política entre seus membros, promovendo a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas, somado à iniciativa de estabelecer políticas comuns em diversas áreas como comércio, agricultura, indústria, transporte e energia, para isso, o bloco possui uma Tarifa Externa Comum¹ (TEC) (SOARES FILHO, 2009).

A formação do Mercosul teve origem em mecanismos como a Declaração do Iguazu e a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) (OLIVEIRA, 2003). Esses mecanismos possibilitaram a aproximação comercial e política entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil. Mesmo após a morte do presidente brasileiro Tancredo Neves, seu sucessor José Sarney

¹ A Tarifa Externa Comum (TEC) é a aplicação de uma tarifa comum sobre produtos provenientes de países terceiros, estabelecendo uma política comercial comum entre os membros do Mercosul. Isso significa que todos os países do bloco aplicam a mesma tarifa em produtos importados de fora do bloco, o que facilita a cooperação e promove a integração econômica (BRASIL, 2019)

deu continuidade aos acordos firmados com o presidente argentino Raúl Alfonsín, culminando na Declaração do Iguazu em 1985. Em seguida, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD) em 1988, prevendo a formação de um espaço econômico em dez anos. Foi com a Ata de Buenos Aires em 1990, que o Mercado Comum foi planejado para ser desenvolvido em um prazo de quatro anos e meio e trouxe a inclusão do Paraguai e do Uruguai no processo de integração. Deste modo, a criação da PICE estabeleceu a integração de setores específicos da economia com o objetivo de abrir os mercados nacionais e estimular a economia da região (ACCIOLY, 2002).

No dia 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, criando o Mercosul, visando a constituição de um Mercado Comum entre os Estados-membros. Ao analisar o Tratado de Assunção (Mercosul, 1994), fica evidente que os objetivos visam a justamente eliminar restrições não-tarifárias e a redução progressiva e automática das tarifas no comércio de bens, serviços e fatores produtivos entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Além disso, o tratado prevê a criação de uma TEC, a adoção de uma política comercial comum em relação a países terceiros, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países participantes, e a eliminação total de barreiras ao comércio inter-regional, buscando a livre circulação de produtos e serviços entre os membros do bloco (STELZER, 2007).

Com a implementação da TEC, os Estados-membros do Mercosul passaram a não ter mais autonomia para aplicar tarifas de importação diferentes sobre produtos importados, sendo obrigados a seguir as regras e tarifas estabelecidas pela TEC nas negociações com países fora do bloco. Outra mudança importante foi a implantação da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)², que classifica as mercadorias a serem comercializadas entre os países, com base em uma estrutura de códigos comuns, com o intuito de facilitar o processo de comercialização de mercadorias entre os países membros (STELZER, 2007).

No que se refere à abordagem que orienta o Mercosul, o Bloco segue o regionalismo aberto, o que significa que sua criação tem como objetivo não apenas o aumento do comércio intrabloco, mas também o estímulo às trocas comerciais com países terceiros. Além dos Estados-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o Mercosul possui Estados Associados, como Bolívia (desde 1996), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004) (MERCOSUL, 2005). Além disso, o tratado de Assunção prevê a

² A NCM é formada da seguinte forma: os seis primeiros são formados pelo Sistema Harmonizado, enquanto o sétimo e oitavo dígitos correspondem a desdobramentos específicos atribuídos no âmbito do MERCOSUL (BRASIL, 2019).

abertura do Mercosul por meio de negociação, à adesão de outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Com base nisso, em julho de 2006 foi assinado o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, acenando para a possibilidade de inclusão de novos membros no bloco (ZEN, 2008).

Contudo, apenas países membros da ALADI podem se associar ao Mercosul, desde que celebrem o Acordo de Livre Comércio. Ainda sobre o tema, os Estados que desejam se associar devem aderir ao “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul”, como é o caso da Bolívia e do Chile, e à “Declaração Presidencial sobre Compromisso no Mercosul”. Os Estados Associados têm a oportunidade de participar como convidados das reuniões dos órgãos de estrutura institucional do Mercosul para tratar de temas de interesse comum, porém sem direito a voto. Essa participação como observadores permite que esses países acompanhem e contribuam para as discussões e decisões do bloco, mas sem terem participação nas deliberações (ZEN, 2008).

De acordo com Zen (2008), o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul e a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul reforçam a importância da democracia como base para o processo de integração no bloco. Esses documentos afirmam que a democracia é a melhor forma de garantir a continuidade e o desenvolvimento do processo de integração, além de promover a paz e a cooperação entre os países membros. Além disso, destacam o compromisso dos Estados membros em respeitar e promover os princípios democráticos, como o respeito aos direitos humanos, a separação de poderes, a liberdade de expressão e a participação popular.

Outro ponto importante são os princípios do bloco, Accioly (2002) destaca os seguintes:

[...] o princípio da reciprocidade de direito e obrigações entre os Estados partes (art. 2º); o da não-discriminação entre eles (art. 8º, inciso d); as diferenças pontuais de ritmo no Programa de Liberação Comercial para Paraguai e Uruguai (art. 6º), o tratamento nacional para produtos provenientes de qualquer Estado-parte (art. 7º); a transparência na coordenação de políticas nacionais para assegurar condições equitativas de comércio com terceiros (art. 4º) e o princípio *pacta sunt servanda*, pelo qual os Estados soberanos que venham a aderir a um acordo em direito internacional devem cumpri-lo e acatá-lo (art 8º, incisos a e b). (ACCIOLY, 2002, p.91)

Ou seja, o princípio de reciprocidade estabelece que todos os Estados-membros do Mercosul têm direitos e obrigações a serem cumpridos perante o bloco econômico. Somado a isso, o “Princípio da Não-Discriminação” determina que qualquer benefício concedido por um Estado-membro a um produto ou durante uma negociação com Estados não-membros do Mercosul

deve ser estendido a todos os membros do bloco. Essa medida visa a garantir a igualdade de tratamento entre os países membros e evitar práticas discriminatórias (ACCIOLY, 2002).

A transparência nas negociações é fundamental no Mercosul, com o intuito de promover um comércio internacional justo e evitar práticas desleais, como o dumping³. Os Estados-membros devem conduzir suas negociações de forma transparente, garantindo a troca de informações e a participação de todos os envolvidos, a fim de promover um ambiente de comércio saudável e equitativo. No que se refere ao princípio do Pacta Sunt Servanda no Mercosul, esse estabelece que nenhum Estado-membro pode tratar de forma discriminatória ou conceder benefícios diferenciados aos outros membros de dentro do bloco. Além disso, cada Estado-membro tem autonomia e liberdade de negociação, desde que respeite os acordos e compromissos assumidos no âmbito do bloco (ZEN, 2008).

Após constituído o Tratado de Assunção, foi assinado o “Protocolo de Ouro Preto” em 1994, com o intuito de melhorar a integração, o qual estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul e conferiu-lhe personalidade jurídica. Com esse protocolo, foi estabelecido os órgãos e mecanismos de tomada de decisão, bem como procedimentos para a implementação e cumprimento dos acordos e compromissos assumidos pelos Estados-membros (ZEN, 2008). Entre as vantagens econômicas obtidas, encontram-se a maior eficiência produtiva, especialização do trabalho e dos agentes econômicos envolvidos e melhor aproveitamento das economias de escala, o que proporcionou melhoria nas condições de barganha no mercado internacional, bem como a ampliação da concorrência intersetorial, avanços tecnológicos e mobilidade dos fatores entre os países do bloco, dentre outros (STELZER, 2007).

Em 2004, entrou em vigor o “Protocolo de Olivos”, dando origem ao “Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul”, localizado na cidade de Assunção, o qual foi uma resposta à insegurança jurídica no bloco, visando a resolver disputas comerciais e questões jurídicas entre os Estados-membros. Além disso, o Mercosul celebrou acordos econômicos com outros países e entidades, como o Tratado de Livre-comércio (TLC) com Israel (2007) e com o Egito (2010). Esses tratados visavam a reduzir barreiras comerciais e promover o livre fluxo de mercadorias e serviços entre o Mercosul e esses parceiros externos, além de serem uma forma de ampliar as oportunidades de comércio para os Estados-membros do bloco e sua inserção no cenário internacional (BARRAL, 2002).

³ De acordo com o MDIC, *Dumping* é a prática de oferecer um produto a um preço inferior ao praticado no mercado interno, é considerada desleal no comércio internacional, já que pode prejudicar a indústria local e criar condições de concorrência desiguais (BRASIL, 2023).

No ano de 2008, foi assinado o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma organização composta por doze Estados da América do Sul, fundada com o objetivo de promover a integração multissetorial na região. A UNASUL representou a combinação de duas importantes uniões aduaneiras regionais, o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Além disso, a união busca uma maior cooperação regional nas áreas de comércio, infraestrutura, meio ambiente, segurança, entre outras. A UNASUL representou um passo significativo em direção à criação de uma união supranacional mais ampla na América do Sul, a qual eventualmente substituiria os órgãos políticos do Mercosul e da CAN (OLIVEIRA; SALGADO, 2011).

Destarte, o Mercosul necessita passar pelas fases de integração econômica, Zona de Livre Comércio e União Aduaneira, para chegar a formação de um Mercado Comum. Esses passos são intermediários para alcançar um mercado único que gere um maior crescimento de suas economias, com o fito de aproveitar o efeito multiplicador da especialização e aumentar o poder de negociação do bloco. O objetivo final do Mercosul é se tornar um Mercado Comum do Sul, com maior integração econômica e livre circulação de bens, serviços, fatores de produção e pessoas entre os Estados-membros. Para atingir esse objetivo, será necessária uma maior cooperação econômica e política do bloco (ZEN, 2008).

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO MERCOSUL DE 2012 A 2019

O período de 2012 e 2019 foi marcado por eventos de instabilidades no Mercosul. No ano de 2012, foi registrado o Protocolo de Adesão da República Bolivariana de Venezuela ao Mercosul, pelo decreto legislativo número 936, pelo Brasil, em trâmite desde 2006. Além disso, em julho de 2012, em resposta à destituição sumária de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, o país foi suspenso do Mercosul, devido às preocupações sobre o cumprimento dos princípios democráticos do país, o que feriria a Cláusula Democrática estabelecida no Protocolo de Ushuaia (FRIZZERA, 2013).

Nos dias 28 e 29 de junho de 2012, durante a reunião da Cúpula do Mercosul em Mendoza, os presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai e o representante da Venezuela emitiram um comunicado conjunto em nome dos presidentes dos Estados-Partes. Nesse comunicado, apoiado no Protocolo de Ushuaia, foi afirmado que houve uma ruptura da ordem democrática no Paraguai, com base nessa avaliação, foi decidido suspender a participação do Paraguai nos órgãos do Mercosul. O Protocolo de Ushuaia estabelece a suspensão como uma das medidas a serem tomadas em caso de ruptura democrática em caso de violação do

Compromisso Democrático, a qual pode implicar na revogação do direito do país membro de participar dos órgãos estruturais da organização. Conforme alega Frizzera (2013), o protocolo não traz uma definição explícita do que é democracia, fato que abre espaço para interpretações e abordagens específicas por parte dos países membros. Dessa forma, cada país definiu sua própria concepção de ordem democrática, o que pode levar a diferentes entendimentos e avaliações dos eventos políticos internos de cada país. No caso do Paraguai, houve controvérsias sobre a constitucionalidade do impeachment e suas motivações, essa ambiguidade desafiou o Mercosul em suas ações e decisões.

Um mês após a suspensão do Paraguai do Mercosul, os presidentes reconheceram a adesão plena da Venezuela como membro do bloco, visto que o Paraguai era o maior opositor à entrada do país no Mercosul. A decisão em questão gerou controvérsias: de um lado, alguns economistas observaram essa aceitação da Venezuela como membro pleno sendo um fator que ampliaria a importância econômica do Mercosul; em oposição, outros economistas alegaram que a decisão foi precipitada e imposta pelos governos do Brasil e Argentina, movida puramente por interesses políticos. A adesão da Venezuela ao Mercosul agregou um mercado de 29,2 milhões de pessoas e de US\$316 bilhões ao bloco, que passou a ter um eixo de integração comercial e produtiva com o Caribe. No ano de 2013, o Paraguai teve sua suspensão revogada e sua câmara de deputados aprovou, de forma definitiva, o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul (BUENO; FEIJÓ, 2014).

No contexto político-ideológico, a polarização ocorre em todos os países envolvidos na ampliação do Mercosul. Na Venezuela, o governo buscou ampliar a inclusão social através do aumento da industrialização e redução dos preços dos bens consumidos, mas grupos de oposição temiam que a entrada do país no bloco geraria uma competição com parceiros como o Brasil e a Argentina, o que poderia prejudicar a estrutura produtiva nacional. Já sob a perspectiva dos países criadores do bloco, as críticas eram direcionadas à situação política interna da Venezuela e à viabilidade de sua adesão às normas do Mercosul, uma vez que sua adesão teria sido motivada por preferências políticas dos governos de centro-esquerda (BUENO; FEIJÓ, 2014).

Em termos de teoria econômica, surge uma dicotomia, a qual questiona o sinal e a magnitude dos efeitos econômicos dos processos de integração regional no bem-estar dos países envolvidos. O aprofundamento da segunda onda da globalização nos anos 1990, presenciou a expansão dos processos de integração regional, resgatou discussões teóricas acerca do impacto dos Acordos Regionais de Comércio (ARCs) na criação e desvio de comércio, bem como no bem-estar regional e global. Os autores Bueno e Feijó (2014), realizaram um estudo com o

intuito de verificar quais seriam os ganhos da adesão da Venezuela ao bloco, em um momento inicial, eles abordam que houve essa dicotomia no próprio âmbito da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), do Brasil, que foram pessimistas quanto ao ocorrido, mas que mudaram a perspectiva com relação ao impacto que a mudança traria sobre a indústria. Ademais, os Bueno e Feijó (2014) concluem que os setores de maior vantagem comparativa regionais do Brasil foram os maiores beneficiários da ampliação e que os impactos regionais e globais sobre o bem-estar e comércio também foram positivos.

A morte de Hugo Chávez em Caracas, no dia 05 de março de 2013 trouxe uma nova realidade política para a Venezuela. Desde sua entrada no Mercosul, o país vem enfrentando uma notável crise econômica, política e social. A falta de liderança efetiva de Nicolás Maduro e a queda dos preços do petróleo no mercado internacional têm agravado ainda mais o cenário, por conta da dependência significativa em relação ao produto, o que tornou o país suscetível às flutuações dos preços internacionais por falta de diversificação econômica e infraestrutura industrial (MARQUES JÚNIOR, 2018). Com a ascensão de governos de direita na Argentina, com Mauricio Macri em 2015, e no Brasil, com Michel Temer em 2016, ocorre uma reconfiguração nas duas maiores potências do Mercosul. A entrada da Venezuela no bloco poderia ter sido uma oportunidade para influenciar o conteúdo político. Contudo, essa integração também enfrentou desafios devido às assimetrias regionais e à concepção de regionalismo aberto, adotada pelos países menores como resposta à dominância brasileira. Além disso, a consolidação da Venezuela no Mercosul poderia ter sido influenciada pela continuidade política no Brasil e na Argentina, como a permanência de Dilma Rousseff no governo brasileiro e a vitória de Daniel Scioli, candidato da situação, nas eleições argentinas de 2015 (MAGALHÃES, 2017).

No final de 2015, Macri inclinou-se a solicitar a suspensão da Venezuela do Mercosul, devido às instabilidades políticas e econômicas vivenciadas pelo país, todavia, dado os resultados das eleições legislativas na Venezuela, houve o recuo da proposta nas semanas seguintes. Em julho de 2016, a suposta passagem da presidência temporária do Mercosul para a Venezuela resultou em uma crise entre os países do bloco. Esse cenário foi ocasionado com base em denúncias acerca de violações à cláusula democrática do bloco por parte do presidente Nicolás Maduro, acusado de manter presos políticos e controle sobre o poder Judiciário (MAGALHÃES, 2017).

Durante um encontro informal dos chanceleres dos países do Mercosul, foi tomada a decisão de adiar a escolha da nova presidência do bloco: o Uruguai que detinha a presidência era a favor de transferi-la para a Venezuela, mas a Argentina, Brasil e Paraguai bloquearam

essa transição. Em 13 de setembro de 2016, os países fundadores do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – chegaram a um acordo para impedir que a Venezuela assumisse a presidência rotativa do bloco. A decisão foi executada sob a alegação de que a Venezuela havia descumprido o compromisso de incorporar normas e acordos ao seu ordenamento jurídico, ao passo que decidiram conduzir a liderança do organismo de forma conjunta. Dentre as normativas não incorporadas pela Venezuela, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil destacou o Acordo de Complementação Econômica nº 18, assinado em 1991, que estabelece um programa conjunto de liberalização comercial entre os países do bloco; o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, de 2005; o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, de 2002, que garante aos habitantes de um país membro o direito de obter residência legal em outro país membro do bloco (FUNDADORES..., 2016).

Em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa como membro pleno do Mercosul. Os ministros de Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai notificaram o governo venezuelano sobre a “cessação do exercício dos direitos inerentes à condição de Estado-membro em comunicado oficial”. A decisão foi tomada com base na alegação de que a Venezuela não incorporou os acordos e normas do bloco dentro do prazo estabelecido. De acordo com o parecer divulgado pelo, com base no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, decidiu suspender os direitos políticos da Venezuela do bloco no ano de 2017, com a seguinte justificativa: “Que toda ruptura da ordem democrática constitui obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração” (DECISÃO..., 2017). De acordo com a decisão emitida pelo bloco, após consultas entre os Chanceleres dos Estados Partes do Mercosul, foi constatada essa ruptura. Tal observação foi registrada na “Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela, em 1º de abril de 2017. Desde então, os países membros do bloco realizaram consultas entre si e solicitaram ao Estado afetado que também promovesse consultas para abordar a questão. Contudo, essas se mostraram infrutíferas, pois o Governo se recusou a cumpri-las no padrão do Protocolo de Ushuaia (DECISÃO..., 2017).

Apesar dos eventos internos do bloco, no dia 28 de junho de 2019, após 20 anos de negociações, o Mercosul e a União Europeia alcançaram um acordo político sobre o pilar comercial do Acordo de Associação Birregional. As negociações iniciaram em 1999, mas foram suspensas em 2004 devido a trocas insatisfatórias de ofertas de bens. No entanto, em 2010, as negociações foram retomadas e intensificadas em 2016, momento em que as partes trocaram ofertas para o acesso a mercado de bens, serviços, investimentos e compras governamentais. O

objetivo com o acordo comercial era de criar uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, ao abranger um mercado de 780 milhões de habitantes e cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) global (SISCOMEX, 2022). De acordo com o relatório preliminar elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2019):

A liberalização do comércio, com redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, representa ganhos para todos, na medida em que permite aos países aproveitarem as suas vantagens comparativas, exportando os produtos em que são mais competitivos e importando a um preço menor os bens em que são menos competitivos. Dessa maneira, o acordo possibilitará que os países do Mercosul adquiram bens de capital e bens intermediários a preços menores, gerando redução de custos de produção, com benefícios generalizados por todas as economias e aumento geral da competitividade (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2019, p.6).

Ou seja, com o aumento do comércio de bens entre as duas regiões, é possível esperar um crescimento nos investimentos externos, uma vez que a maior estabilidade regulatória, os mecanismos de solução de controvérsias e a transparência podem atrair investidores. Somado a isso, era esperado que houvesse uma ascensão do comércio de serviços e maior integração e convergência nos campos econômicos, políticos, regulatórios, meio ambiente, tecnologia, dentre outros (IPEA, 2019).

2.2 COOPERAÇÃO FINANCEIRA NO MERCOSUL: CONCEITUAÇÃO E MECANISMOS EXISTENTES

A cooperação financeira, bem como os processos de integração financeira, passou a ganhar maior magnitude na medida em que os acordos perpassaram as uniões aduaneiras. Tendo isso em vista, foi importante que os países criassem mecanismos com o intuito de financiar o comércio e os investimentos na região, com o intuito de intensificar a regionalização e, ao mesmo tempo, preservar suas economias locais quanto aos problemas dos sistemas financeiros e monetários internacionais.

Com base nos aspectos teóricos referentes à cooperação e integração monetária e financeira regional, este capítulo tem como objetivo analisar o conceito de cooperação monetária e financeira e como ele se aplica para o Mercosul, bem como mapear as iniciativas de integração monetárias e financeiras existentes no bloco. A definição de cooperação financeira é embasada em várias referências, como: Ocampo (2006), United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2007), Fanelli (2008) e Deos e Wegner (2010). Esses autores fornecem insights importantes sobre o conceito e o escopo da cooperação financeira. Além disso, a análise das instituições latino-americanas existentes foi realizada com

base nos relatórios oficiais disponibilizados, os quais serviram como fonte primária de informações para compreender o funcionamento e as práticas das instituições na região.

2.2.1 Definição de cooperação financeira

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) (BRASIL, 2017), a Cooperação Financeira é dada pela transferência de recursos financeiros por meio de empréstimos ou contribuições financeiras não-reembolsáveis, com o intuito de desenvolver projetos em conjunto com de organismos internacionais, bancos multilaterais e regionais, ou agências de desenvolvimento de países doadores. A cooperação financeira ocorre através da utilização de acordos para compensação e transações comerciais entre moedas locais, fundos de reserva, bancos regionais, para melhorar o desempenho financeiro dos países, através da redução de sua vulnerabilidade externa (DEOS; WEGNER, 2010). De acordo com Fanelli (2008), o aprofundamento dos mercados financeiros têm um impacto direto na redução da possibilidade de ocorrência de crises financeiras e cambiais, na medida em que aumentam a qualidade e a diversificação de instrumentos para a gestão de risco, o que possui o potencial de gerar maior crescimento econômico.

A relação entre integração regional e finanças vai além da mera busca por recursos para viabilizar projetos de infraestrutura de grande porte. Ocampo (2006), apresenta vários argumentos a favor do aprofundamento dessa conexão. De acordo com o autor, a cooperação financeira se justifica como um meio de criar mecanismos de proteção contra os riscos de crises internacionais e também em resposta à necessidade de complementaridade e competição entre instituições financeiras multilaterais e regionais. Além disso, o chamado "sentimento de pertencimento" também é um fator relevante.

Segundo o relatório da UNCTAD (2007), os diferentes tipos de instrumentos de cooperação podem ser classificados em três níveis. O primeiro nível abrange mecanismos de cooperação regional para facilitação de pagamentos e financiamento de curto prazo. O segundo nível refere-se às iniciativas de cooperação regional para o financiamento do desenvolvimento, e o terceiro trata dos arranjos cambiais e uniões monetárias. Na América do Sul, observam-se tanto iniciativas antigas como novas no primeiro nível, tais como o FLAR (Fundo Latino-Americano de Reservas), o CCR (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos) e o SML, que opera entre alguns países do Mercosul. Além disso, foram recentemente estabelecidos mecanismos voltados para a melhoria das condições de financiamento a longo prazo, notavelmente o FOCEM e o Banco do Sul. Paralelamente, esforços são direcionados ao

fortalecimento de iniciativas mais antigas, como a CAF e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) (Ocampo, 2006).

No entendimento de Ocampo (2006), a América Latina e o Caribe representam o melhor exemplo de uma rede bem desenvolvida de instituições financeiras sub-regionais, formada por três entidades principais, quais sejam, a CAF, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Tais instituições foram criadas nos anos 1960, com o objetivo de apoiar os respectivos processos de integração sub-regionais, prestando serviços essencialmente para os países pequenos e médios da região. A CAF, por sua vez, é uma entidade constituída exclusivamente por países em desenvolvimento, e representa a instituição mais dinâmica dentre as três, dado que seus empréstimos aos países andinos superam aqueles concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial (BM).

2.2.2 Cooperação Financeira no Mercosul

A integração financeira no Mercosul entre os anos de 2012 e 2019 foi caracterizada por uma série de desafios significativos. Sob a perspectiva do Mercosul, houve diversas iniciativas para a integração financeira entre os Estados-membros, impulsionado pela criação de mecanismos como o SML e o FOCEM. Essas medidas visavam a reduzir a dependência de moedas estrangeiras nas transações comerciais e promover a integração dos mercados financeiros, bem como facilitar o comércio inter-regional (DEOS; MENDONÇA; WAGNER, 2013). No entanto, apesar desses avanços, a integração financeira ainda enfrentou desafios relacionados à disparidade dos sistemas bancários, assimetrias econômicas e divergências regulatórias entre os países. Além disso, a instabilidade econômica e política em alguns Estados membros, como no caso da crise econômica na Argentina em 2018, também impactou a integração financeira no período estudado (SARAIVA; SCHERER, 2017).

No entanto, apesar dos avanços alcançados, a cooperação financeira no Mercosul também enfrentou desafios. A cooperação financeira no âmbito do Mercosul entre os anos de 2012 e 2019 contou com a participação da CAF, uma instituição financeira de desenvolvimento regional na América Latina. Segundo informações fornecidas pelo Mercosul em seus relatórios anuais, a CAF desempenhou um papel relevante ao fornecer financiamento e assistência técnica para projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos países membros. Através de sua atuação, a CAF contribuiu para a promoção da integração econômica e o fortalecimento das relações financeiras entre os Estados membros do Mercosul (DEOS; MENDONÇA; WAGNER, 2013).

2.2.2.1 Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM)

Dentre as instituições criadas no âmbito do Mercosul está FOCEM⁴. O Fundo foi criado em dezembro de 2004, estabelecido em junho de 2005 e as contribuições iniciaram no ano de 2006, embasado na premissa de que o Mercosul é uma via de desenvolvimento econômico e social de seus membros. Dentre os objetivos do FOCEM encontram-se:

- a) a promoção da convergência estrutural dos países do Mercosul;
- b) o desenvolvimento da competitividade econômica;
- c) a promoção da coesão social na região;
- d) o fortalecimento do processo de integração regional e da estrutura institucional do bloco.

A essência do FOCEM é financiar projetos de infraestrutura para corrigir assimetrias que impossibilitem o aproveitamento das oportunidades criadas pela ampliação dos mercados, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do bloco e zonas de fronteira.

No que se refere a contribuição por parte dos países ao FOCEM, ele é composto por doações (contribuições não reembolsáveis) que totalizam mais US\$ 120 milhões anuais, as quais são feitas semestralmente pelos Estados Partes, de acordo com o PIB de cada um deles. Dessa forma, a Argentina contribui com 27% (vinte e sete por cento) dos recursos, o Brasil, com 70% (setenta por cento), o Paraguai, por 1% (um por cento) e o Uruguai, por 2% (dois por cento). Já a distribuição dos recursos segue a ordem inversa, sendo assim, as menores economias têm direito a receber os maiores volumes: Paraguai 48%, Uruguai 32%, Argentina 10% e Brasil 10%. Além disso, até 0,5% do recurso anual destina-se às atividades administrativas no âmbito do FOCEM (incrementos nas despesas da Secretaria do Mercosul (SM), incluindo o funcionamento da Unidade Técnica FOCEM (UTF/SM)).

São quatro os programas financiados pelo FOCEM, os quais se referem cada um a um objetivo do Fundo. O primeiro programa está relacionado ao pilar de desenvolvimento e ajuste estrutural das economias menores e menos desenvolvidas, o que compreende também a melhoria dos sistemas de integração de fronteiras. Já o segundo programa é voltado para a promoção da competitividade produtiva do Mercosul, bem como incentivo a atividades que

⁴ Sobre o FOCEM: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=279&sec=10>. Último acesso em agosto de 2023.

favoreçam o comércio interno do bloco. O terceiro programa é voltado para o desenvolvimento social, principalmente nas regiões fronteiriças. Por fim, o quarto programa retoma o aperfeiçoamento da estrutura institucional do Mercosul.

De acordo com a cartilha do FOCEM, no âmbito do Programa I são passíveis de financiamento os projetos de construção, modernização e recuperação de vias de transporte modal e multimodal que otimizem o movimento da produção e promovam a integração física entre os Estados-partes e entre suas sub-regiões. Também estão compreendidos projetos de exploração, transporte e distribuição de combustíveis fósseis e biocombustíveis; geração, transporte e distribuição de energia elétrica; e implementação de obras para melhorias na infraestrutura hídrica para contenção e condução de água, bem como para saneamento ambiental e de macrodrenagem.

Pelo Programa II, os financiamentos são destinados para a geração e difusão de conhecimentos tecnológicos dirigidos a setores produtivos dinâmicos; metrologia e autenticação da qualidade de produtos e processos. Também são englobados projetos para o rastreamento e controle da sanidade de animais e vegetais, com o intuito de garantir a segurança e qualidade dos produtos e subprodutos de valor econômico; incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas em setores econômicos dinâmicos e diferenciados, promoção da vitalidade de setores empresariais, formação de consórcios e grupos produtores e exportadores, fortalecimento da reconversão, crescimento e associativismo das pequenas e médias empresas, e sua vinculação com os mercados regionais; promoção da criação e do desenvolvimento de novos empreendimentos; e capacitação profissional e em autogestão, organização produtiva para o cooperativismo e o associativismo e a incubação de empresas.

O Programa III contempla projetos de implementação de unidades de serviço de atenção básica à saúde, o que abrange a melhoria na capacidade hospitalar e erradicação de epidemias e endemias. Além disso, nesse pilar encontram-se projetos a nível educacional, ao contemplar melhorias no ensino básico e para jovens e adultos, através de ensino profissionalizante. Também estão englobadas concessões de microcrédito; fomento do primeiro emprego e atividades econômicas solidárias; combate à pobreza; acesso à habitação, saúde, alimentação e educação para setores vulneráveis de regiões mais pobres e de fronteira

O Programa IV e último contempla projetos de aumento da eficiência das próprias instituições do Mercosul. Esse pilar visa a abarcar projetos que impulsionam e aumentam a eficiência das instituições do Bloco.

2.2.2.2 Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

No ano de 2007 foi criado o SML⁵, pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), com o intuito de facilitar o comércio entre os países membros do Mercosul. O SML passou a funcionar a partir de operações definidas através de convênios bilaterais entre os bancos centrais dos países. Inicialmente estabeleceu-se o acordo entre o Banco Central do Brasil (BCB) e da Argentina em dezembro de 2008 e em outubro de 2009 foi assinada uma carta de intenção entre os bancos centrais do Brasil e do Uruguai.

Conforme abordam Pinto e Severo (2011), o convênio funciona como sistema bilateral de liquidação e compensação, com objetivos de:

- a) diminuir a transferências internacionais ancoradas em moeda forte;
- b) incentivar a integração financeira regional por meio do aumento das transações diretas (real-peso);
- c) tornar mais acessível os custos de transações financeiras com importação e exportação, visando ao aumento da participação das pequenas e médias empresas no comércio bilateral. Seu uso é facultativo e, conforme analisado pela UNCTAD (2007), a utilização deste mecanismo gera benefícios aos países, pois
 - a economia de moeda forte no comércio entre os países participantes,
 - a redução dos custos de transação para as empresas, especialmente as pequenas e médias, as quais normalmente arcam com altas taxas para realizar pagamentos internacionais.

O funcionamento desse sistema ocorre a partir do momento em que os importadores contratam instituições financeiras para transferir o valor, em moeda local, equivalente ao preço do produto importado na moeda do exportador. Nessa etapa, a instituição financeira contratada transfere o montante em moeda nacional ao banco central de seu país e a ordem de pagamento pode ser realizada com base em uma taxa de câmbio negociada com a instituição financeira ou de acordo com a própria taxa SML, a qual é definida de acordo com a taxa de câmbio entre o real e o dólar (PTAX do BCB) e entre o peso e o dólar (Taxa de Referência do Banco Central da República Argentina (BCRA)). Posterior a isso, há o registro das operações de importação, no qual os bancos centrais demonstram um ao outro as quantias a serem compensadas no dia seguinte. Logo após, o devedor deve emitir a ordem de pagamento em dólares para sua compensação. Por fim, os bancos centrais transferem o valor em moeda local referente às

⁵ Sobre o SML: <http://www.bcb.gov.br/?SML>. Último acesso em agosto 2023.

vendas realizadas às instituições financeiras escolhidas pelos exportadores. Ademais, é importante ressaltar que os bancos centrais não assumem riscos de crédito mútuo ou riscos de crédito das instituições financeiras autorizadas em seus países. (PINTO; SEVERO, 2011).

2.2.2.3 Corporação Andina de Fomento (CAF)

A Corporação Andina de Fomento (CAF)⁶ foi fundada em 1970 e funciona como um banco de desenvolvimento com o objetivo de impulsionar a integração da região dos Andes (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). Paulatinamente, a CAF foi ampliada tanto a nível de atividades, quanto a nível de membros, de modo que se tornou um importante pilar financeiro de integração para a região sul-americana e fonte de crédito para os países andinos. Hodiernamente, a CAF é formada por 18 países: Argentina (desde 2001), Bolívia (1970), Brasil (1995), Colômbia (1970), Chile (1992), Costa Rica (2002), Equador (1970), Espanha (2002), Jamaica (1999), México (1990), Panamá (1997), Paraguai (1997), Peru (1970), Portugal (2009), República Dominicana (2004), Trinidad e Tobago (1994), Uruguai (2001) e Venezuela (1970), somado a eles, também consta com 14 bancos privados. O objetivo principal da Cooperação é ser um modelo de desenvolvimento sustentável mediante a crédito, recursos não reembolsáveis e apoio na consolidação técnica e financeira de projetos nos setores públicos e privados da região latino-americana.

No final da década de 80, ao modificar a sua atuação, investimentos e contribuições. A transição se deu no decorrer de 25 anos em três frentes principais:

- a) priorização ao financiamento de projetos de infraestrutura (rodoviária, fluvial, marítima e energética) no lugar dos investimentos industriais, também destinou recursos para aumentar a produtividade, preservar o meio ambiente, impulsionar as atividades de pequenas e médias empresas e alicerçar reformas no setor público;
- b) difundiu-se e consolidou sua adesão com o setor privado, ao se expandir para mais 15 países e construiu uma rede intermediária de centena de bancos comerciais como sócios, com o intuito de adiantar os empréstimos, além de aceitar um grupo de bancos privados como acionistas;
- c) a entrada nos mercados internacionais, ao tornar-se uma emissora bem-sucedida de títulos de médio e longo prazo nas capitais de finanças globais (Nova York, Londres e Tóquio), atualmente a CAF é um dos emissores mais seguros da América Latina.

⁶ Sobre a CAF: <https://www.caf.com/pt/sobre-a-caf/>. Último acesso em janeiro de 2023.

Desde meados de 1995 a CAF vem avançando significativamente na função de provedora de recursos de médio e longo prazo (BRANDO, 2020).

No ano de 2010, entretanto, a Cooperação se afirmou como fonte mais importante de financiamento multilateral para os países fundadores e tornou-se um dos provedores mais proeminentes de financiamento aos países acionistas na América Latina e no Caribe. Neste ano, a CAF aprovou uma quantidade recorde de operações até então, totalizando US\$10,533 bilhões, e de desembolsos, totalizando US\$7,694 bilhões, voltados principalmente para projetos de médio e longo prazo, somados à carteira de crédito de US\$13,783 bilhões. Nesse período a CAF teve um crescimento de 18%. No ano de 2019, a CAF concedeu um montante de crédito maior que seus principais concorrentes na região, ao atingir o valor de US\$13 bilhões. Na atualidade, a CAF consegue processar empréstimos mais rapidamente que o BID ou o BM, com prazos de três a quatro meses em média, em contrapartida os juros cobrados pela Corporação são mais altos que aqueles cobrados pelos bancos supracitados, fator que vem se amenizando conforme a CAF se solidifica (BRANDO, 2020).

De acordo com Culpeper (2006), a importância de uma cooperação como a CAF demonstra reside no fato de que uma instituição financeira sub-regional consegue sobreviver sem o auxílio de países industrializados entre seu corpo de acionistas e sem recorrer ao financiamento sem impor condições sobre seus empréstimos, somente que sejam pagos. Para o autor, a instituição é inovadora entre as demais instituições financeiras regionais, ao considerar o volume total de suas operações e seus resultados satisfatórios que refletem diversos indicadores. Apesar dos custos dos juros pelo uso de recursos serem um preço alto, a CAF oferece liberdade e autonomia para que os países possam direcionar a seus governos como considerarem apropriado (BRANDO, 2020) e ainda oferecem uma gestão consistente com ênfase na infraestrutura para o setor público (CULPEPER, 2006).

Embora tenha sido estabelecida antes da criação do Mercosul, em 1970, com a finalidade de impulsionar a integração da região andina, a Corporação é de extrema importância para financiar iniciativas de desenvolvimento de infraestrutura produtiva, promover o crescimento dos Estados-membros e estimular o comércio e os investimentos do setor empresarial, mesmo não sendo diretamente vinculada ao Mercosul. No ano de 2009, o capital subscrito da Corporação era de US\$ 2,48 bilhões, e os membros plenos do Mercosul possuíam, juntos, 15,78% do capital. Nesse mesmo ano, os países do Mercosul receberam 23,8% do total de empréstimos concedidos pela CAF, totalizando US\$ 2,8 bilhões (DEOS; WAGNER, 2011).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo abordou a formação e o desenvolvimento do Mercosul. Fica evidente que a formação do Bloco representou um avanço significativo na cooperação econômica e política entre os Estados-membros, promovendo o crescimento econômico, o desenvolvimento e a melhoria nas condições de barganha no mercado internacional, mas ainda sem êxito em atingir seu objetivo de tornar-se um mercado comum na região, tendo em vista o reflexo do contexto político e econômico interno dos países, os quais determinaram o futuro e progresso do Mercosul. No período de 2012 a 2019, alguns dos Estados-membros vivenciaram transição da Onda Rosa para a Onda Azul. Durante a primeira onda, houve fortalecimento do movimento de integração regionalista, principalmente no Sul Global⁷, durante esse período o Mercosul foi um importante bloco para que seus Estados-membros buscassem maior relevância no cenário internacional. Após a transição para a Onda Azul, o movimento regionalista deixou de estar em foco e o alinhamento de alguns países que compõem o Mercosul, como Brasil, Argentina e Paraguai, passaram a se alinhar com potências no Norte Global⁸. Nesse período, o Mercosul presenciou eventos marcados por instabilidades políticas e econômicas. A entrada da Venezuela no bloco, inicialmente vista como uma oportunidade para ampliar a importância econômica do Mercosul, gerou controvérsias e polarizações político-ideológicas.

Durante o período destacado, neste capítulo, foram mapeadas as iniciativas de integração monetária e financeira já existentes no Bloco. Desse modo, conclui-se que através de mecanismos financeiros e monetários, os países membros podem potencializar o comércio e os investimentos entre si, impulsionando o desenvolvimento econômico e promovendo a estabilidade financeira na região. Com base em autores como Fanelli (2008), fica evidenciado que o aprofundamento dos mercados financeiros tem um impacto direto na redução da possibilidade de ocorrência de crises financeiras e cambiais, ao proporcionar maior qualidade e diversificação de instrumentos para a gestão de riscos. Dessa forma, a cooperação financeira no Mercosul desempenha um papel fundamental na redução da vulnerabilidade externa dos países membros e no estímulo ao crescimento econômico.

Além disso, a cooperação financeira no Mercosul durante o período de 2012 a 2019 revelou um cenário complexo e desafiador na busca pela integração financeira entre os Estados-

⁷ Sul Global: é uma expressão empregada em contextos de estudos pós-coloniais e transnacionais, que pode abranger tanto o terceiro mundo quanto o conjunto de nações em processo de desenvolvimento (MITLIN; SATTERTHWAITTE, 2013).

⁸ Norte Global: uma expressão empregada em análises pós-coloniais e transnacionais, que pode abranger tanto o mundo desenvolvido quanto o conjunto de nações desenvolvidas (ODEH, 2010).

membros. Durante esse período, os mecanismos SML e FOCEM foram utilizadas como intuito de reduzir a dependência de moedas estrangeiras nas transações comerciais e facilitar o comércio inter-regional, impulsionando a integração dos mercados financeiros. Neste ínterim, a CAF destacou-se como uma entidade dinâmica, fornecendo empréstimos significativos para os países andinos da região. Apesar dos avanços alcançados, a integração financeira no Mercosul enfrentou desafios significativos ao longo desse período. Nesse cenário, as assimetrias econômicas e divergências regulatórias entre os países membros mostraram-se obstáculos para a concretização plena da cooperação financeira. Ademais, a disparidade nos sistemas bancários e a instabilidade econômica e política em algumas nações, como a crise econômica na Argentina em 2018, também impactaram a integração financeira no bloco (DEOS; MENDONÇA; WAGNER, 2013)..

Em definitivo, o FOCEM, a CAF e o SML cumpriram um papel relevante para promover o financiamento, a assistência técnica em projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos países membros. A atuação da CAF contribuiu para fortalecer as relações financeiras e estimular a integração econômica entre os Estados-membros do Mercosul. Apesar das mudanças ao longo de sua existência, a CAF representa um dos principais pilares financeiros de integração para a região sul-americana e desempenha um papel relevante na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países membros do Mercosul. Apesar das ações empreendidas pelo FOCEM, a cooperação financeira no Mercosul ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito às assimetrias econômicas e divergências regulatórias entre os países membros. Já SML, mostrou-se um importante mecanismo do Mercosul ao facilitar as transações financeiras entre os países do bloco e sua efetiva utilização e expansão podem contribuir para a consolidação da integração financeira na região e para a promoção do desenvolvimento equitativo e sustentável entre os Estados-membros do bloco.

No entanto, apesar de ter apresentado alguns avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados no campo da cooperação financeira no Mercosul, tendo em vista as mudanças dentro do bloco e os cenários de transição de modelos de governo que alguns Estados-membros entre os anos de 2012 e 2019. Tendo em vista a relevância do tópico, o capítulo 4 apresentará uma análise mais aprofundada sobre o impacto da transição de ondas para esses mecanismos.

3 ONDA ROSA E ONDA AZUL NA AMÉRICA DO SUL

O processo denominado “Onda Rosa” (“*pink tide*”), também conhecida como “guinada à esquerda”, “virada à esquerda”, “maré rosa” ou “pós-neoliberalismo”, foi um movimento político importante na construção de políticas econômicas e sociais na região. As expressões são traduções do termo em inglês “*pink tide*”, que foi usado pelo repórter Larry Rohter, do The New York Times, em março de 2005, ao se referir à eleição de Tabaré Vázquez em Montevideu. Ele caracterizou esse momento político como uma “[...] nem tanto uma maré vermelha [...] e sim uma rosa” (LARRY, 2005, tradução nossa)¹. Em 2010, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru eram governados por presidentes de partidos da esquerda política. Apesar disso, a Maré Rosa não constituía um bloco unificado, visto que existiam diferenças significativas entre a esquerda “boa” (governo de países como Argentina, Brasil, Uruguai e Chile), mais alinhada como os social-democratas europeus, e a esquerda “má” (governos da Venezuela, Bolívia e Equador), tida como mais autoritária e com fortes laços ideológicos com Cuba (GOLD; ZAGATO, 2020).

De acordo com Gold e Zagato (2020), essa onda foi uma resposta aos excessos do neoliberalismo na região e incorporou ideologias igualitárias alternativas ao poder político. Contudo, não foi capaz de neutralizar a crescente corporalização das estruturas estatais que ocorre na América Latina - como na Europa e na América do Norte (bem como na China e na Rússia, em diferentes níveis). Na primeira metade do século XXI, cerca de três quartos da população da América do Sul (350 milhões de pessoas) viviam sob governos de esquerda, movimento, a qual ficou conhecido como “Maré Rosa”, mais especificamente governos não comunistas de esquerda que chegaram ao poder na América Latina no final dos anos 1990 (CASTAÑEDA, 2006).

A Onda Rosa na América do Sul foi composta por movimentos heterogêneos, variando em natureza e resultados. Além disso, surge em um contexto de redemocratização da América do sul, visto que durante os regimes militares na Guerra Fria, a presença de partidos de esquerda na região era limitada, tornando a ascensão da esquerda ao poder um ponto significativo nesse processo. Nesse ínterim, a vivência democrática na América do Sul foi caracterizada por certos conjuntos de regras e procedimentos, como eleições abertas e o direito à oposição, que marcam a trajetória da Onda Rosa na região (CARVALHO, 2022).

¹ “[...] not so much a red tide ... as a pink one”

Não obstante, esses governos tinham em comum uma reação contra as práticas econômicas neoliberais promovidas pelo Consenso de Washington, ao optarem por políticas que enfatizavam o aumento dos gastos sociais, a nacionalização de indústrias estratégicas, a revitalização de acordos comerciais regionais e, em alguns casos, a reforma constitucional para promover economias mais solidárias. Esses governos surgiram como resposta à recessão regional de 1988, causada pelas políticas neoliberais de austeridade promovidas pelo Banco Mundial e pela intensa privatização. A população que votou à esquerda não tomou apenas uma escolha ideológica, mas também racional baseada em considerações econômicas. Além disso, a ascensão da esquerda ao poder na América Latina trouxe mudanças significativas nos cenários políticos da região. Mesmo quando a política governamental voltou a se inclinar para a direita em 2013 e 2014, os governos conservadores eleitos não obtiveram vitórias expressivas (como no Peru, Argentina e Brasil). Esses resultados parciais demonstraram os efeitos das políticas distributivas adotadas pelos governos de esquerda e apontavam para um novo cenário político. Contudo, essa mudança também pode ser interpretada como um sintoma crescente de indistinção entre a esquerda e a direita. Muitos governos de esquerda no poder adotaram políticas que, em alguns aspectos, se assemelham às políticas tradicionalmente associadas à direita, levando a uma diluição das diferenças entre os campos políticos (GOLD; ZAGATO, 2020).

Uma das principais críticas feitas à Maré Rosa foi o enfraquecimento das instituições democráticas, especialmente em meio a escândalos de corrupção em larga escala em países como Brasil, Argentina e Paraguai. Além disso, houve crescente preocupação com a subversão das estruturas legais para fins políticos, como a subordinação de preocupações socioecológicas a políticas extrativistas. Esses debates e críticas têm moldado o cenário político e continuam a ser questões importantes para a região da América Latina (GOLD; ZAGATO, 2020).

Nos anos 2010, a “Onda Azul”, "Onda Conservadora" ou "Maré Azul" emergiu na América Latina, sucedendo à Onda Rosa, após escândalos de corrupção envolvendo governos de esquerda de alguns países. Apesar dos governos de esquerda terem trazido melhorias para muitas pessoas, a falta de um projeto de longo prazo e o aumento das expectativas da população contribuíram para o surgimento do movimento conservador. Apesar da alta no preço das commodities na década de 2000, que favoreceram os governos populistas (da Onda Rosa), mas eles falharam em implementar políticas de longo prazo. Esse fenômeno também pode ser observado globalmente, com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) e o crescimento de partidos de extrema-direita na Europa, refletindo na onda conservadora na América do Sul (BRATILIERE; VIANA, 2018).

Nesse período, países como Argentina, Brasil e Paraguai seguiram políticas econômicas alinhadas ao neoliberalismo. Este termo é utilizado no âmbito da economia política e economia do desenvolvimento para descrever o ressurgimento de ideias oriundas do capitalismo *laissez-faire* (propagadas pelo liberalismo clássico) e implementadas a partir do início dos anos 1970 e 1980. O termo passou a ser amplamente empregado no final dos anos 1980, substituindo outros termos como monetarismo, neoconservadorismo, Consenso de Washington ou reforma do mercado, principalmente sob uma perspectiva crítica. Seus defensores advogam por políticas de liberalização econômica abrangentes, tais como privatização, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio e redução das despesas públicas, com o intuito de fortalecer o papel do setor privado na economia (BOAS; GANS-MORSE, 2009).

O neoliberalismo é um conceito que passou por mudanças ao longo do tempo. Originalmente, era uma doutrina econômica dos anos 1930, buscando uma "terceira via" entre o liberalismo clássico e a economia planificada. Nas décadas seguintes, evoluiu para uma economia de mercado sob a orientação de um estado forte, conhecido como economia social de mercado. Na década de 1980, o termo passou a ser associado às reformas econômicas implementadas no Chile durante a ditadura de Pinochet, com uma conotação mais radicalmente favorável ao capitalismo *laissez-faire*. Nesse período, a palavra ganhou uma conotação negativa de extremismo, mas os acadêmicos passaram a associá-la às teorias de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman. Nas décadas seguintes, ganhou nova relevância com políticas implementadas no Chile, Reino Unido e EUA. Sua expansão trouxe críticas acadêmicas, especialmente após a crise de 2008, destacando problemas como desigualdade. O Fundo Monetário Internacional também ressaltou que algumas políticas neoliberais podem ter efeitos nocivos a longo prazo, prejudicando o crescimento sustentável e aumentando a desigualdade (BOAS; GANS-MORSE, 2009).

Na segunda década do século XXI, deu-se início ao fenômeno da ascensão da “extrema direita”, inicialmente na Europa, alastrou-se pela América do Norte e posteriormente pela América Latina. A configuração ideológica do Cone-Sul Latino-americano, conforme destacado, vivenciou mudanças significativas nas últimas décadas. Após o ápice da Onda Rosa e o enfraquecimento dos governos de esquerda, a Onda azul ganhou força na região, através da ascensão de diversos governos de direita e centro-direita. Dessa forma, o conservadorismo da nova direita foi um elemento marcante no campo político latino-americano durante o período de redemocratização pós-ditadura (SOUZA, 2022).

Neste contexto, a eleição de Fernando Lugo, em 2008, como presidente do Paraguai, foi um marco para o fortalecimento da Onda Rosa, mas seu impeachment em 2012 sugeriu uma

possível atenuação desse movimento. Após 2015, a América do Sul apresentou uma tendência de políticas mais conservadoras, notadamente no Brasil, com o impeachment de Dilma Rousseff, e na Argentina, com a eleição de Mauricio Macri. Além disso, na Venezuela, em 2015, a oposição foi maioria nas eleições legislativas, levando à derrota dos partidos socialistas. Na Colômbia, o presidente Juan Manuel Santos, remanescente da Onda Rosa, também lidou com uma situação de desgaste e vulnerabilidade em seu governo. Em 2019, nas votações na Bolívia, Evo Morales enfrentou resistência de certos setores sociais em relação à sua reeleição (BRATILIERE; VIANA, 2018).

Desse modo, a Onda Rosa e a Onda Azul tiveram impactos diferentes nos países que compõem o Mercosul. No caso do Brasil e do Paraguai, essa transição foi marcada pelo impeachment de seus presidentes devido à sequência de crises e polêmicas de corrupção vivenciadas nesses países. Já no caso da Argentina, que também enfrentava os impactos da crise, a transição ocorreu através das urnas. No Uruguai, a forte influência de José Mujica conseguiu manter a onda rosa vigente durante a segunda década do século XXI. Ademais, o caso da Venezuela foi ainda mais conturbado, devido ao impacto das variações no preço do petróleo e às sanções externas, que levaram o país a uma crise política e econômica contínua. A seguir, será abordado os impactos políticos da Onda Rosa e da Onda Azul para os Estados-membros do Mercosul, visando a aprofundar o impacto dessas mudanças na integração e aprofundamento das relações dentro do bloco. Por último, será trazido o caso da Venezuela, que integrou o bloco no período em análise, e trouxe impactos significativos para a configuração posterior no Mercosul.

3.1 ONDA ROSA E ONDA AZUL NA ARGENTINA

A Argentina foi o quarto país do Cone-Sul² a sofrer a repercussão da Onda Rosa. O início do século XXI foi bastante instável nos âmbitos políticos e econômicos para a Argentina, visto que as eleições presidenciais foram adiadas quatro vezes, gerando incerteza sobre os cargos e candidatos. O Congresso tentou o impeachment da Suprema Corte, e a instabilidade institucional teve efeitos devastadores, prolongando a crise política e econômica. Após várias trocas no poder executivo, houve a segmentação dos eleitores do Partido Justicialista/Partido Peronista (PJ), o que permitiu o surgimento de novos partidos de oposição (LEVITSKY; ROBERTS, 2003). Nesse contexto, no ano de 2003, Nestor Kirchner com influência política de

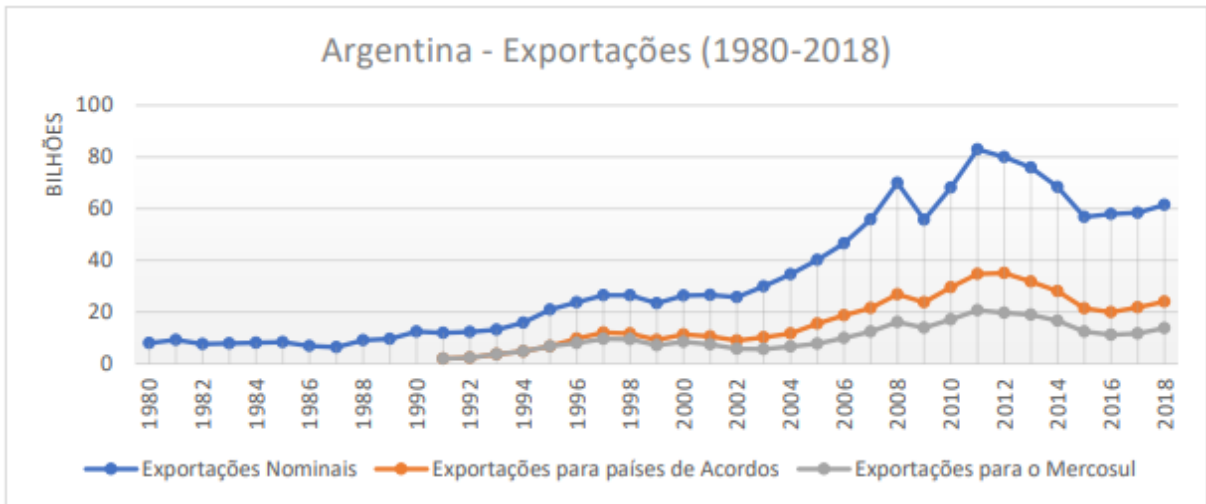
² O Cone Sul é uma região localizada na América do Sul e possui a forma de um triângulo escaleno.

centro-esquerda, mas com legados do peronismo, venceu as eleições presidenciais na Argentina. Ademais, existem dois aspectos de extrema relevância no governo Kirchner: o primeiro deles é a resolução da saída da moratória por meio de difíceis negociações com credores privados e o Fundo Monetário Internacional (FMI); e o segundo são os acordos considerados vantajosos conquistados pela Argentina, superando outras nações em desenvolvimento, inclusive o Brasil, em suas negociações com o FMI (VADELL, 2006).

No ano de 2007, a Argentina elegeu a primeira mulher de sua história, Cristina Fernández Kirchner, também esposa de seu antecessor Néstor Kirchner. Seu governo deu segmento ao desenvolvimento das políticas exteriores regionais, em especial com o Brasil de Lula e Dilma. No âmbito interno, o governo de Kirchner se concentrou em estabelecer um projeto desenvolvimentista, fundamentado na maior participação do Estado na economia, na busca pela reindustrialização e na redução da dívida externa. No cenário internacional, a política externa adotada tornou-se mais autônoma, buscando uma inserção não subordinada aos grandes centros de poder do sistema internacional, motivo pelo qual não obteve êxito em alinhar os objetivos nacionais com os dos EUA. Dessa forma, as ações externas priorizaram a integração regional, por meio do engajamento na Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e na Unasul, bem como o fortalecimento do Mercosul. Além disso, houve uma ênfase na aproximação com o Brasil como uma prioridade (LEÃO, 2020).

De acordo com a Figura 1, 2003 a 2011 foi o período de maior crescimento das exportações da Argentina. As duas curvas mostradas no gráfico representam o total das exportações para países com os quais a Argentina possui acordos comerciais, incluindo o Mercosul, e o total exportado para os membros fundadores do Mercosul, ambos medidos em dólares americanos correntes. Durante o período de 2003 a 2011, ambas as curvas registraram um aumento significativo, contudo, o distanciamento entre as duas curvas ocorreu nos anos em que grande parte dos acordos do bloco foram iniciados, em 2005 e 2009. Ainda assim, é possível notar que o Mercosul ainda exerce maior influência sobre a pauta exportadora da Argentina em comparação aos demais acordos firmados pelo bloco (SILVA; SILVA, 2021).

Figura 1 - Exportações da Argentina entre 1980 e 2018



Fonte: Silva e Silva (2021).

Ao longo do tempo, o peso do bloco e dos acordos comerciais têm diminuído na pauta exportadora da Argentina. Embora ambos tenham apresentado crescimento, a partir de 2004, o aumento do total exportado superou o crescimento das exportações para países com acordos comerciais, indicando que o país está expandindo seu comércio mais rapidamente com destinos que não possuem acordos negociados. Nas décadas de 1990, as exportações direcionadas para países com acordos comerciais chegaram a representar metade do total exportado, enquanto na década de 2010, essa proporção se reduziu para pouco mais de um terço do total exportado (SILVA; SILVA, 2021).

Nas eleições de 2015, Mauricio Macri foi eleito presidente e implementou mudanças significativas na política econômica interna da Argentina. O governo optou por uma desregulamentação da economia e aplicou medidas de ajuste fiscal. Além disso, houve uma redefinição da política externa, com uma maior ênfase na aproximação com países desenvolvidos do Norte Global, principalmente os Estados Unidos, e instituições financeiras internacionais, como o FMI (LEÃO, 2020). Todavia, quando os EUA anunciaram o aumento da taxa de juros, houve um impacto direto na capacidade do governo argentino em continuar financiando os gastos com dívida. Por conseguinte, houve aumento no câmbio (o dólar atingiu o dobro do peso argentino em 2017), na inflação, no nível de desemprego e pobreza, fazendo com que a Argentina recorresse ao FMI novamente (NATANSON, 2019). Durante esse período, a política externa argentina se caracterizou pelo alinhamento com os Estados Unidos e pela manutenção das relações com o Brasil, que também adotava uma postura liberal sob as gestões de Temer e, posteriormente, de Bolsonaro (LEÃO, 2020).

3.2 ONDA ROSA E ONDA AZUL NO BRASIL

O período da Onda Rosa combinou o avanço nas políticas sociais de combate à pobreza e desigualdades, sem transformar as estruturas econômicas do capitalismo latino-americano. Os excedentes alcançados com o “boom” das commodities possibilitaram o financiamento da expansão dos investimentos sociais. Em países com mercados internos robustos, como Brasil e Argentina, foram empreendidas iniciativas para fortalecer a indústria e atender à crescente demanda agregada. No Brasil, os representantes da Onda Rosa foram Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016). No entanto, apesar das intenções, o apoio estatal para fortalecer a base manufatureira não conseguiu impulsionar o *catching-up* (alcançar os líderes industriais) e nem transformar efetivamente a estrutura industrial e social. (BALESTRO; MONTEIRO, 2019).

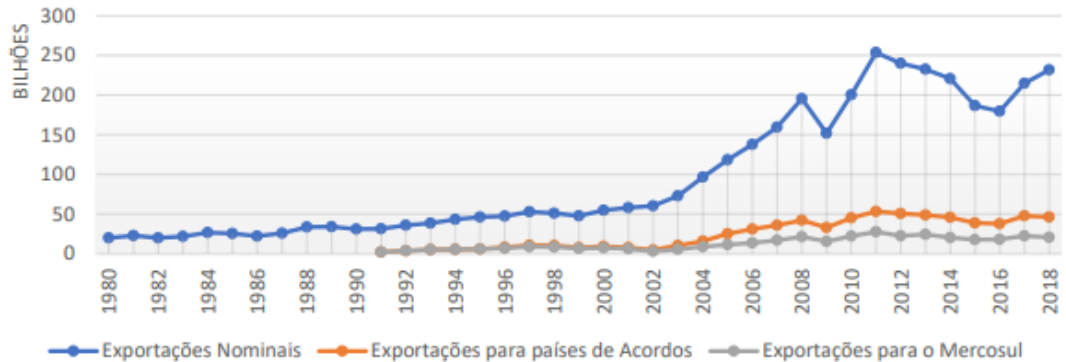
O governo social-democrata adotado pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro baseou-se em três elementos principais: o Estado responsável por atividades essenciais para a economia, mas não lucrativas para as empresas; regulador do setor privado; e garantidor do bem-estar social, reduzindo a desigualdade gerada pelo mercado. Para isso, o governo implementou programas de transferência de renda, reforma tributária, aprimoramento dos serviços de saúde, educação pública e sistema previdenciário. Nesse contexto, o Estado desempenhou um papel ativo, divergindo do modelo liberal em que sua intervenção seria mais restrita a situações emergenciais e agudas de pobreza (PINHO, 2011).

Durante esse período, o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados aumentaram significativamente, e a inflação foi mantida sob controle, geralmente próxima à meta estabelecida. O crescimento anual do PIB dobrou em comparação com os anos anteriores, atingindo 4,1% ao ano entre 2003 e 2010, em comparação com 2,4% ao ano entre 1980 e 2002. Além disso, os superávits na balança de pagamentos permitiram a quitação dos empréstimos com o FMI, a redução da dívida externa e a acumulação de reservas. Entre 1980 e 2018, as exportações do Brasil mostraram um padrão de crescimento leve na década de 1990 e uma rápida expansão entre 2003 e 2011. Contudo, houve uma queda durante o início dos anos 2010 devido a uma crise, seguida de um retorno ao crescimento por volta de 2016 (CHIACHIO, 2018).

As exportações para países com acordos comerciais e para o Mercosul apresentaram um crescimento mais acentuado e estável após 2003. Apesar dos acordos comerciais, o peso dos países com os quais o Brasil possui acordo é baixo em comparação com o comércio dentro do Mercosul. Na verdade, o Mercosul também representa uma parcela relativamente pequena das

exportações brasileiras, já que o país aumentou suas exportações para outros parceiros comerciais de forma mais rápida (SILVA; SILVA, 2021).

Figura 2 - Exportações do Brasil entre 1980 e 2018



Fonte: Silva e Silva, 2021

Já o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), apesar de ser do mesmo partido de seu antecessor e seguir objetivos sociais e desenvolvimentistas, adotou uma abordagem diferente devido ao cenário internacional desafiador. Em um discurso em 2012, Dilma expressou sua determinação em reduzir os juros e confrontar os bancos privados em prol de uma política desenvolvimentista mais agressiva (CHIACHIO, 2018). Além disso, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade à abordagem multilateral de Lula nas relações externas, buscando expandir o Mercosul. No entanto, uma mudança significativa foi a ênfase do governo Dilma na utilização efetiva de espaços para políticas desenvolvimentistas, com atuação mais prática do Itamaraty, com o intuito de alcançar objetivos desenvolvimentistas e nacionalistas. O sucesso dessas tentativas, no entanto, fugiu do controle do Estado brasileiro, visto que houve uma crise financeira global, a qual impactou na capacidade brasileira de executar uma diplomacia multilateral (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

Não se pode ignorar o impacto da expansão da produção asiática, que resultou na redução da participação das exportações brasileiras tanto no mercado global como no mercado interno, conforme demonstrado na Figura 2. Isso levou a um aumento do déficit comercial em bens manufaturados e parece ter rompido a divisão do trabalho que favorecia a produção industrial no Brasil na região (BASTOS; HIRATUKA, 2017). Contudo, após a reeleição de Dilma, em 2014, a presidente enfrentou diversos conflitos simultaneamente, o que reduziu sua capacidade de resposta para cada um deles. De acordo com Mello e Rossi (2017), o primeiro mandato de Dilma concentrou-se em resolver problemas estruturais herdados do governo anterior, adotando uma agenda desenvolvimentista para fortalecer a indústria e o mercado

nacional. No entanto, no segundo mandato, houve uma mudança de foco em direção à austeridade, com ajustes estratégicos e cortes de gastos. Em dezembro de 2015, a presidente Dilma Rousseff enfrentou um processo de impeachment em meio a uma crise política em seu governo, concluído no ano seguinte.

No ano de 2016, o Brasil acompanhou a tendência regional e transicionou para a denominada Onda Azul (ou guinada ao neoliberalismo), quando Michel Temer, vice-presidente de Dilma, assume a presidência. O governo de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), adotou medidas liberalizantes, começando pela Emenda Constitucional nº 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos, prejudicando o sistema de proteção social. As desonerações fiscais, sonegação e pagamento de juros nominais foram pouco combatidos, mesmo consumindo recursos significativos. Outra importante mudança foi a reforma da previdência, que reduziu o sistema previdenciário. Além disso, importantes metas sociais foram retiradas da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, indicando uma diminuição do Estado brasileiro (ROSSI; MELLO, 2017).

Em termos de relações externas, a relação com a Venezuela reflete algumas mudanças dos padrões adotados pelo governo Temer, na medida em que busca dissociar as diretrizes que orientavam o governo anterior ao questionar os critérios das alianças que foram estabelecidas, através do regionalismo aberto. Tendo em vista isso, o governo Temer revisou o posicionamento do Brasil com relação à Venezuela e, por decorrência dos desdobramentos domésticos no país vizinho, em conjunto com os demais integrantes do Mercosul, suspendeu o país da organização (MOREIRA, 2020). Além disso, em 2018 as exportações para países membros de algum acordo comercial, incluindo os países do Mercosul, representaram aproximadamente 18% do total exportado pelo Brasil, fato que demonstra, apesar do crescimento do volume, que o Bloco diminuiu o peso na pauta de exportação com relação aos anos 90 (SILVA; SILVA, 2021). Além disso, o Brasil suspendeu sua participação na UNASUL, mas somente em abril de 2019 que o Itamaraty denunciou o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (BRESSAN; MENEZES; RIBEIRO, 2021).

Em 2019, assumiu a presidência do Brasil Jair Messias Bolsonaro, logo de início a prioridade foi focar na economia como forma de conter a crise fiscal e impulsionar o crescimento. Para isso, no primeiro ano de mandato, Bolsonaro enviou uma reforma da Previdência ao Congresso para realizar o ajuste fiscal. A frente do ministério da Economia estava Paulo Guedes, o qual adotou medidas de contenção de gastos, mas com dificuldades em implementar seus planos (OS TURBULENTOS..., 2019). Em termos de relacionamento externo, a agenda de desvencilhamento do Mercosul se intensificou durante esse período, pois

a política externa do Brasil se caracterizou por um alinhamento sem recompensas com os EUA sob a administração de Donald Trump. (BRESSAN; MENEZES; RIBEIRO, 2021).

3.3 ONDA ROSA E ONDA AZUL NO PARAGUAI

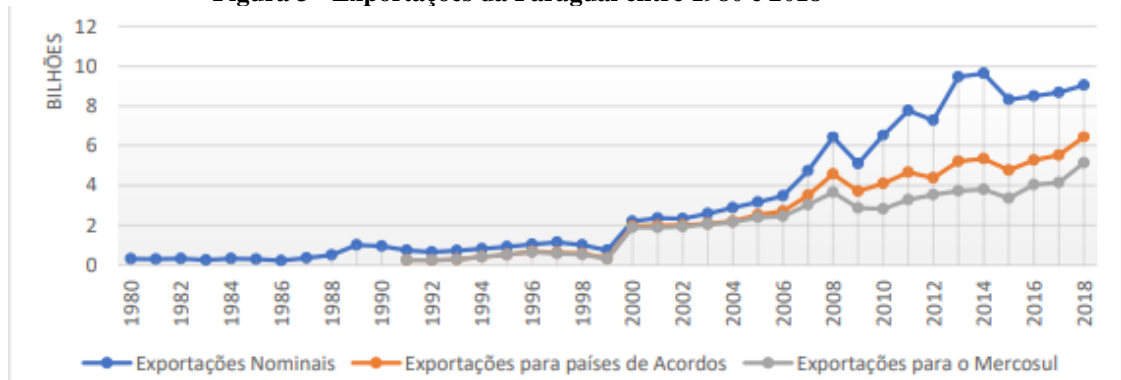
Em 2008, Fernando Lugo foi eleito presidente do Paraguai, representando a força emergente da nova esquerda sul-americana, que nessa época predominava na maioria dos países do Mercosul. Sua vitória foi significativa, pois rompeu com o domínio de 60 anos do Partido Colorado no país. O Governo de Lugo recebeu elogios pelas reformas sociais, que incluíram investimentos em habitações para pessoas de baixa renda, tratamento gratuito nos hospitais públicos, programas de transferência de renda para os cidadãos mais pobres e a promoção dos direitos indígenas (ROCHA; MACIEL, 2016). No entanto, quatro anos depois, enfrentando oposição e sem maioria no Congresso, Lugo sofreu um processo de impeachment em 2012, o qual ocorreu rapidamente, em menos de 48 horas, deixando apenas doze horas para a preparação dos advogados de defesa do ex-presidente. Houve uma tentativa, embora sem sucesso, de solicitar a prorrogação do julgamento para possibilitar uma defesa mais adequada. Esse evento impactou nas relações internacionais do Paraguai, visto que o processo foi considerado legítimo pelo Tribunal Superior Eleitoral do país e julgado ilegal e ilegítimo pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Somado a isso, gerou uma crise diplomática internacional, com países sul-americanos membros da Unasul e do Mercosul recusando-se a aceitar a forma como se deu a destituição do ex-presidente (ROCHA; MACIEL, 2016).

Ainda em 2012, após o impeachment de Fernando Lugo, seu vice-presidente Federico Franco assume a presidência, o qual possuía divergências ideológicas com Lugo ao ser considerado conservador, bem como opunha-se à entrada da Venezuela no Mercosul. Em 2013, assumiu o próximo presidente eleito do Paraguai, Horacio Cartes, o qual enfrentou críticas de organizações de direitos humanos, sendo descrito como autoritário e homofóbico. Durante seu mandato, ele tentou reformar a Constituição para permitir sua reeleição indefinida, o que gerou insatisfação popular e protestos em 2017. Em 2018, Mário Abdo Benítez assumiu a presidência, o qual foi considerado uma vertente mais estatista e tradicionalista do “coloradismo” (ALLENDE; BLAIR, 2022).

Não obstante, o Paraguai tradicionalmente foi o maior entrave do ingresso da Venezuela no Mercosul e no ano de 2019, o Paraguai rompeu relações diplomáticas com a Venezuela devido à crise desencadeada pela posse de Nicolás Maduro para um novo mandato como presidente (PARAGUAI..., 2019). No que se refere às exportações do Paraguai, conforme

demonstra a figura 3, após a crise econômica mundial de 2009, o Paraguai conseguiu uma rápida recuperação no ritmo de suas exportações. Desde 2013, o país alcançou níveis superiores aos observados antes da crise, mantendo-se em uma trajetória crescente de crescimento (SILVA; SILVA, 2021).

Figura 3 - Exportações da Paraguai entre 1980 e 2018



Fonte: Silva e Silva, 2021

As curvas de exportações para países membros de acordos e para o Mercosul refletem a relevância desses acordos nas exportações do país. Até 2006, a maior parte das exportações do Paraguai eram destinadas aos parceiros do Mercosul. A partir de então, observa-se um crescimento tanto das exportações para países com outros acordos quanto para parceiros comerciais sem acordos. No caso do Paraguai, desde meados dos anos 2000, o país tem buscado diversificar seus destinos de exportações e reduzir a dependência dos países do Mercosul. Entretanto, em 2018, mais da metade das suas exportações ainda foram para os países membros do bloco, e quando somados os países com acordos comerciais com o Mercosul, esse valor ultrapassou 70% do total exportado pelo país (SILVA; SILVA, 2021).

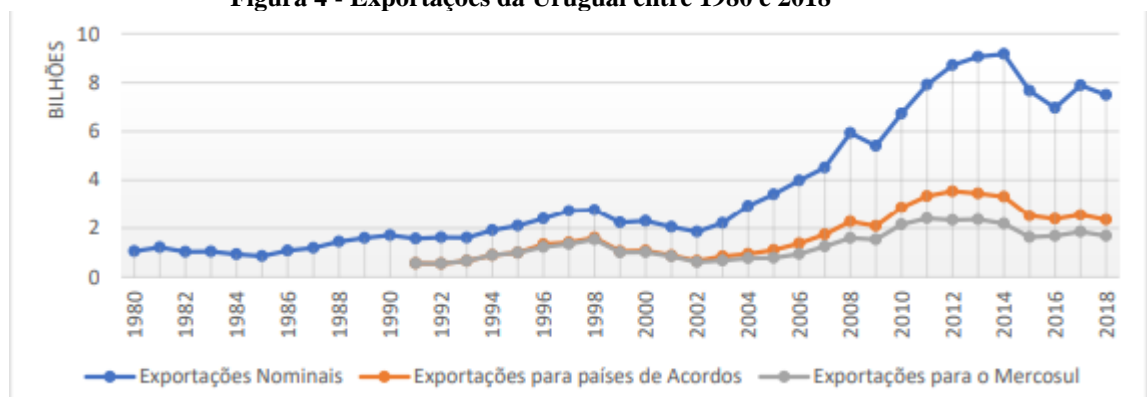
3.4 ONDA ROSA NO URUGUAI

Em 2010, José Mujica, um ex-guerrilheiro, assumiu a presidência do Uruguai através da coalizão de esquerda Frente Ampla. Sua ousadia e comportamento humilde surpreenderam e serviram como referência para outros países da onda rosa. Mujica tomou medidas polêmicas, doando 90% de seu salário e legalizando a maconha, o aborto até o terceiro mês de gestação e o casamento homoafetivo. Na política externa, ele optou por não seguir o antiamericanismo de Chávez e defendeu o fim dos entraves impostos ao Mercosul (ROCHA; MACIEL, 2016).

O Uruguai destaca-se como um caso singular no Mercosul, juntamente com Chile e Equador, pois em 2019 a esquerda ainda mantinha sua força e popularidade no país, apesar da crise da onda rosa. A coesão da esquerda uruguaia permitiu que a Frente Ampla alcançasse a maioria parlamentar nas duas Câmaras e a eleição de Tabaré Vázquez em 2014. No entanto, o novo presidente Tabaré Vázquez enfrentou desafios para manter o apoio da esquerda uruguaia, como conter a inflação e o déficit público, apesar disso, a situação no Uruguai permaneceu estável, sem indícios de mudanças significativas em sua ideologia política. (ROCHA; MACIEL, 2016).

As exportações nominais do Uruguai no período de 1980 a 2018 são ilustradas na Figura 4. O padrão seguido pelo país é semelhante ao observado na Argentina e no Brasil, com um leve crescimento das exportações durante os anos 1990 e um aumento mais significativo no início dos anos 2000. Após a crise de 2009, o Uruguai se recuperou rapidamente, alcançando níveis de exportação superiores já em 2010, mas desde 2015, vem apresentando uma tendência de queda (SILVA; SILVA, 2021).

Figura 4 - Exportações da Uruguai entre 1980 e 2018



Fonte: Silva e Silva, 2021

No início dos anos 2000, houve um crescimento significativo tanto no total das exportações do Uruguai como nas exportações destinadas aos países que possuem acordos comerciais com o bloco. Durante os anos 1990, o Mercosul exercia uma grande influência nas exportações do país, mas ao longo do tempo, o Uruguai conseguiu diversificar seus destinos comerciais e reduzir sua dependência em relação ao bloco. Contudo, a maior parte das exportações é direcionada aos parceiros do Mercosul e para os países com acordos comerciais com o bloco, o que é evidenciado pela pequena distância entre as curvas de exportações desses acordos. Por conseguinte, os países que possuem acordos com o Mercosul representam aproximadamente 25% das exportações totais do país (SILVA; SILVA, 2021).

3.5 ONDA ROSA NA VENEZUELA

A onda rosa na América do Sul teve início na Venezuela, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1998, por meio de eleições democráticas pelo partido "*Movimiento V República*", com 56% dos votos (CISNEROS, 2016; TELESUR, 2014). Durante seus 14 anos de presidência, Chávez questionou vigorosamente o paradigma neoliberal adotado pelos governos anteriores como solução para os problemas políticos e econômicos do país. Além disso, em relação à política externa, buscou maior autonomia em relação a órgãos internacionais como o FMI e distanciou-se dos parceiros tradicionais, como os Estados Unidos (CISNEROS, 2016).

Após a morte de Chávez em 2013, o chavismo permaneceu no poder por 17 anos, agora liderado por Nicolás Maduro. No entanto, o governo de Maduro enfrentou duras críticas e uma perda gradual de apoio popular. Embora o chavismo tenha alcançado alguns sucessos, como a erradicação do analfabetismo e a redução da pobreza, a Venezuela passou por uma grave recessão econômica. No final de 2015, pela primeira vez em 16 anos, o chavismo sofreu uma derrota nas urnas, e a coalizão de oposição obteve maioria legislativa, preenchendo 99 dos 167 assentos da Assembleia Nacional (LOYOLA, 2015). Apesar disso, Maduro permaneceu no poder até 2019, ano em que ocorreram novas eleições presidenciais. No entanto, uma parcela significativa da população demonstrou insatisfação com o governo (CALZAVARA, 2021).

Em vista disso, as relações externas da Venezuela no período foram bastante fragilizadas com antigos aliados importantes. Os EUA adotaram uma postura controversa diante da Venezuela, quando utilizaram agências como *Central Intelligence Agency* (CIA) para desestabilizar o governo Venezuelano. Esse evento é compreendido por Calzavara (2021) devido às enormes reservas de petróleo presentes na Venezuela. No que se refere a curta participação do país no Mercosul, sua adesão ocorreu em julho de 2012 e foi um marco significativo para o bloco, pois representava uma ampliação de sua abrangência geopolítica e econômica, a qual agregou um mercado de 29,2 milhões de pessoas e de US\$ 316 bilhões ao bloco. No entanto, a participação da Venezuela no Mercosul foi marcada por controvérsias e desafios (CALZAVARA, 2021).

Após a adesão, houve divergências entre os Estados-membros em relação ao cumprimento dos requisitos políticos e econômicos para a permanência da Venezuela no bloco. Em meio a uma crise política interna, a Venezuela enfrentou acusações de violações aos princípios democráticos e aos direitos humanos, o que gerou debates sobre a aplicação da cláusula democrática no Mercosul. Em 2016, diante das preocupações sobre a situação política

na Venezuela, o bloco decidiu suspender o país temporariamente do Mercosul. Essa decisão visava a pressionar o governo venezuelano a adotar medidas para garantir a democracia e o respeito aos direitos humanos. No entanto, a suspensão gerou tensões adicionais no bloco, com diferentes perspectivas entre os Estados-membros sobre a abordagem a ser adotada em relação à Venezuela (BUENO; FEIJÓ, 2014).

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O período de 2012 a 2019 foi marcado pela transição de modelos de governo em alguns dos países que compõem o Mercosul. A Onda Rosa foi um movimento político que representou uma resposta aos excessos do neoliberalismo na região e trouxe mudanças significativas nas políticas econômicas e sociais, a nacionalização de indústrias estratégicas e a revitalização de acordos comerciais regionais. Apesar disso, ela não constituiu um bloco unificado, tendo em vista as diferenças significativas entre os governos de esquerda que ascenderam na região. Outros desafios enfrentados pela onda foram o enfraquecimento das instituições democráticas e preocupações com corrupção e subversão de estruturas legais para fins políticos, que levaram ao enfraquecimento da Onda Rosa, momento em que a Onda Azul emergiu na América Latina, representando um movimento conservador que alinhou suas políticas econômicas ao neoliberalismo.

No século XXI, alguns dos países que compõem o Mercosul passaram por transições políticas e econômicas turbulentas. A Onda Rosa foi vivenciada por todos os países que compõem o Bloco, na Argentina com Néstor Kirchner em 2003 e sucedido por Cristina Fernández Kirchner, no Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Paraguai com Fernando Lugo, bem como no Uruguai, com José Mujica e Tabaré Vázquez, e na Venezuela com Hugo Chávez. Nesse período, foi possível observar o crescimento na pauta social nos países, bem como a intensificação das relações intrabloco. Apesar disso, a Argentina, Brasil e Paraguai passaram por momentos de tensões políticas internas, crises e corrupções que levaram a transição para a Onda Azul, de característica mais conservadora. Nesse momento, no Brasil e no Paraguai houve a destituição dos presidentes através de impeachments, momento em que Michel Temer e Federico Franco assumiram a cadeira presidencial. Na Argentina, a transição foi marcada pela crise interna crescente, culminando na eleição de Maurício Macri em 2015. Em termos de alinhamento externo, fica evidente que o foco deixou de ser fortemente centrado na cooperação regional e intensifica-se o alinhamento com outras potências no Norte Global, como os Estados Unidos. Esses reflexos para o Mercosul foram evidenciados nos

mecanismos de integração financeira, tema que vinha ganhando cada vez mais relevância durante a Onda Rosa e passaram a sair de foco no contexto da Onda Azul.

O Uruguai e a Venezuela também presenciaram os impactos da transição de Ondas, justamente pelo seu reflexo no Mercosul. No caso do Uruguai, a Onda Rosa se destacou por ter mantido a força e popularidade da esquerda mesmo durante a crise em outros países. Já no caso da Venezuela, o período de transição de ondas foi conturbado, gerando conflitos diplomáticos com outros países da região. Durante a Onda Rosa, o país buscou maior autonomia em relação a órgãos internacionais, como o FMI, e o distanciamento dos EUA. Contudo, após a ascensão de Nicolás Maduro, o país enfrentou críticas e perda de apoio popular, com uma grave recessão econômica e crise política interna. A adesão da Venezuela ao Mercosul em 2012 foi marcante, mas gerou controvérsias e desafios devido a divergências sobre requisitos políticos e econômicos, culminando em sua suspensão do Mercosul em 2016, causando tensões com outros Estados-membros do bloco.

Em suma, o período de 2012 a 2019 para os países que compõem o Mercosul não foi linear. Para alguns deles, como Argentina, Brasil e Paraguai, houve uma transição bastante marcante da Onda Rosa, com governos que executaram medidas progressistas, para a Onda Azul, marcada por governos que assumiram medidas conservadoras. Já outros países, como no caso do Uruguai, o país seguiu com políticas progressistas e, no caso da Venezuela, a crise política e econômica resultou em atritos com seus países vizinhos e sua posterior saída do Mercosul. Esses movimentos políticos moldaram o cenário regional e, por conseguinte, definiram o destino do Mercosul.

4 IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL PARA A COOPERAÇÃO FINANCEIRA NO MERCOSUL

No capítulo anterior foi observado o impacto da Onda Rosa e da Onda Azul nos países que compõem ou compuseram o Mercosul, como é o caso da Venezuela. Além do contexto individual de cada país, essas ondas afetaram a dinâmica de interação entre os membros do bloco, bem como os mecanismos de integração econômica existentes, tais quais o Focem, SML e a CAF. No período contemplado pela Onda Rosa foram estabelecidos diversos mecanismos de integração financeira e comercial visando a fortalecer a cooperação econômica entre os Estados-membros. No que tange a Onda Azul, tendo em vista que alguns países apresentaram mudanças em sua orientação política, resultou em uma maior ênfase em acordos bilaterais com atores externos fora do bloco, em detrimento de iniciativas multilaterais.

Durante o período de 2012 a 2019, o FOCEM, o SML e a CAF também sofreram o impacto das transições das ondas rosa e azul. Conforme Carvalho e Senhoras (2020) afirmam, o FOCEM, como mecanismo para convergência estrutural dentro do bloco acabou sendo negligenciado em alguns períodos, o que dificultou a efetividade do mecanismo. Além disso, o SML, sistema criado justamente para facilitar e, por conseguinte, incentivar os pagamentos das trocas comerciais entre os Estados-membros do bloco, também apresentou resultados que indicam os impactos dessa mudança de perspectiva no que tange o direcionamento dos alinhamentos dos países membros. Ademais, a CAF, apesar de não estar diretamente vinculada ao Mercosul, é uma importante Corporação para os países da América do Sul e apresentou resultados, os quais sinalizam o impacto da transição de ondas não apenas no Mercosul, mas também dos demais países da região. Tendo em vista esse cenário, o presente capítulo apresentará a análise dos resultados apresentados por cada um desses mecanismos com o intuito de identificar se os novos alinhamentos dos países que compõem o bloco, bem como os eventos ocorridos no período, resultaram de fato em uma desaceleração na integração financeira do Mercosul.

4.1 IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL NO FOCEM

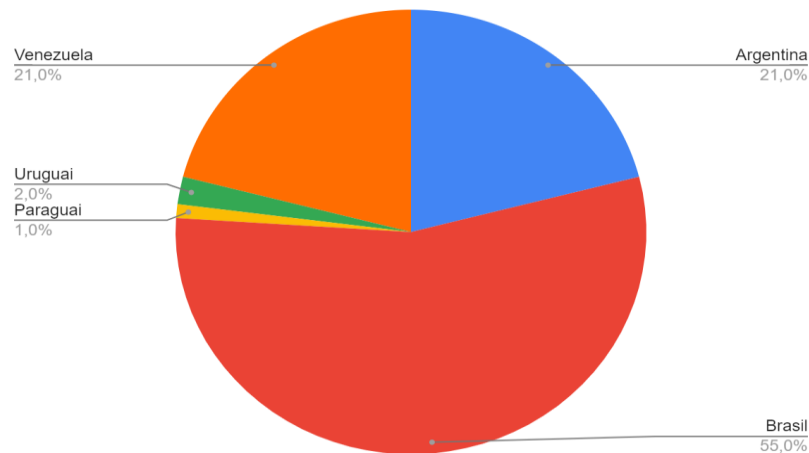
De acordo com Santos (2008), a configuração da organização das regiões no âmbito nacional deriva do cenário econômico e decisões políticas a que os países estão submetidos. Conforme afirma o autor, os mecanismos de poder determinam as escolhas de obsolescência ou modernização dos lugares, através do orçamento para a execução de um plano ou pela

legislação. Esse diagnóstico é amplamente observado no âmbito do Mercosul, principalmente se o enfoque for o perfil dos projetos submetidos ao FOCEM, majoritariamente no setor de infraestrutura, o qual representa a tentativa de integração produtiva no potencial de novos negócios (SANTOS, 2008).

A criação do FOCEM, em 2004, revelou a perspectiva de integração regional da diplomacia brasileira, a qual foi inspirada na experiência dos Fundos Europeus Estruturais e de Coesão (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). De acordo com a perspectiva brasileira do período, o fortalecimento da integração regional seria viabilizado pela ampliação da presença brasileira em assuntos globais, como potência regional, sinalizando a preferência do país pelo multilateralismo e primazia do desenvolvimento (LIMA, 2018).

Os Estados cumpriram seu compromisso com os aportes na porcentagem estabelecida, de 2006 a 2015, o Brasil contribuiu com 64,87%, a Argentina com 25,02%, Uruguai com 1,85% e Paraguai com 0,93% (SOATOARANA, 2018). Em 2012, ano em que a Venezuela entrou no Mercosul, o país passou a contribuir com vinte e sete milhões de dólares por ano, desses a disponibilidade de recursos para o financiamento de projetos foi estipulada em quinze milhões e meio de dólares. Dessa forma, até o ano de 2012 o FOCEM contava com a contribuição de cem milhões de dólares anuais, a partir desse ano essa contribuição passou a ser composta por cento e vinte e sete milhões de dólares em 2015 (no terceiro ano da adesão da Venezuela ao bloco), a distribuição das contribuições está representada pelo Figura 5. Ou seja, a Venezuela contribuiu com 7,32% do total, referente aos anos de 2013, 2014 e 2015, de acordo com o contrato de adesão (CRUZ, 2019).

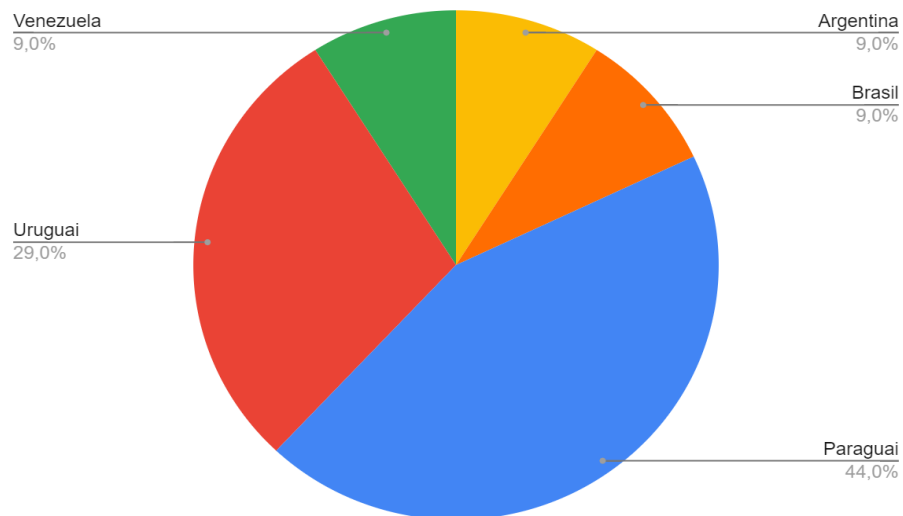
Figura 5 - Contribuição dos Estados Partes ao FOCEM a partir de 2015



Fonte: elaboração própria a partir de FOCEM (2015).

Conforme abordado, a contribuição anual com o FOCEM foi estipulada com base no histórico do PIB de cada país. A distribuição de recursos segue a lógica inversa, os membros que possuem a menor média histórica do PIB são os que têm à disposição o maior montante de recursos disponíveis. Até o ano de 2014 a distribuição ocorria da seguinte forma: 48% para o Paraguai e 32% para o Uruguai (já o Brasil e a Argentina têm 10% cada). A partir de 2015, tendo em vista as alterações na porcentagem de contribuição estabelecida aos Estados Partes (figura 6), os recursos disponíveis para o financiamento de projetos também foram modificados, conforme mostra a figura 6 (CRUZ, 2019).

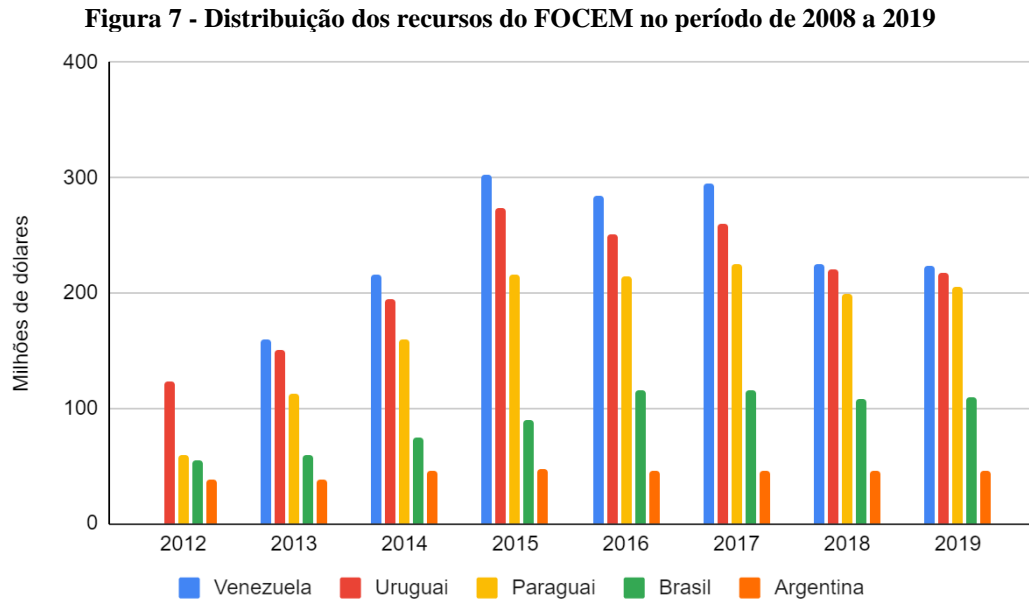
Figura 6 - Recursos disponibilizados aos Estados Partes para o financiamento de projetos pelo FOCEM



Fonte: elaboração própria a partir de FOCEM (2015).

A Figura 7 mostra os recursos disponíveis para o financiamento de projetos do FOCEM, segundo os Estados Partes do MERCOSUL no período de 2008 a 2019. Os valores não utilizados em anos anteriores são cumulativos, por isso anualmente o total de recursos disponíveis ultrapassa o valor anual de contribuição de cento e vinte e sete milhões de dólares. Além disso, o FOCEM admite contribuições voluntárias dos Estados Partes, de terceiros, instituições ou organismos internacionais, que podem ser destinadas especificamente para um projeto em curso (DESIDERÁ NETO, 2015). Na figura 7, é possível observar que o Paraguai recebeu um montante menor de recursos disponíveis para o financiamento de projetos em 2012, isso porque houve a quebra do Protocolo de Ushuaia com o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. Esta diminuição ocorreu com base no estabelecido no protocolo do Mercosul

de que os países que desrespeitarem o acordo democrático serão penalizados com a sua suspensão na participação nos órgãos do Mercosul. A Venezuela também sofreu a mesma restrição nos anos de 2018 e 2019, tendo em vista a crise política e econômica que o país enfrentou. (CRUZ, 2019).



Fonte: elaboração própria a partir de FOCEM (2019).

Ademais, o montante total de contribuição de cento e vinte e sete milhões de dólares anuais foi insuficiente para a execução de projetos de grande porte no setor de transporte e energia dos países. Tendo em vista esse cenário, o baixo orçamento é interpretado como uma tentativa de conciliar a necessidade de equilibrar financeiramente os membros com histórico de PIB menor, mas não gerar um grande encargo financeiro para os países com maiores aportes financeiros (TESSARI, 2012). Perante o contexto exposto, houve uma alteração no regulamento do FOCEM, em virtude da assinatura do Decreto nº 04/18, em junho de 2018, com justificativa de aumentar a efetividade do fundo e consolidar a gestão institucional do FOCEM (CRUZ, 2019). Além disso, o decreto foi elaborado de modo a ser um complemento para o desenvolvimento de programas e projetos, voltados para assistência técnica e financeira delimitados no “Acordo-Quadro” (DEC. CMC N° 02/18) entre o Mercosul e o FONPLATA (FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL, 2018). Ademais, foi estabelecido que o fundo teria uma reserva de contingência equivalente a 10% dos desembolsos anuais, visando a não interrupção de projetos em andamento. Evidentemente, é

possível compreender que esse movimento de adequação do regulamento do FOCEM representou até o ano de 2019, o intuito do fundo de ampliar as suas possibilidades. Somado a isso, o FOCEM associou-se ao FONPLATA, um dos principais fundos financeiros para financiamento de projetos de infraestrutura na América do Sul, muito atuante em acordos regionais, como o Conselho Sul-americano e Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN/IIRSA). (CRUZ, 2019).

Em síntese, essas iniciativas remontam a um novo cenário para o Mercosul, visando a promover a aproximação, convergência e cooperação entre os países da região, através da redução das assimetrias, combate às desigualdades sociais e da busca por um desenvolvimento compartilhado, sem deixar o fim comercial de lado, mas ampliando a agenda. Dessa forma, essas iniciativas traduzem o novo cenário que se apresenta ao Mercosul, com objetivos de promover maior aproximação, convergência e cooperação entre os países na intenção de reduzir assimetrias, combater desigualdades sociais e buscar um desenvolvimento compartilhado, não deixando seu fim comercial de lado, mas ampliando sua agenda.

4.2 IMPACTO DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA AZUL NO SML

Desde seu início, o SML foi utilizado de maneira crescente de 2008 a 2018, mas apresentou uma queda significativa de 2018 a 2020, conforme demonstram a Figura 8, de 2008 a 2011, e a Tabela 1, de 2012 a 2020 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022). Além disso, a utilização do sistema no montante das transações bilaterais entre o Brasil e a Argentina é pequena. Conforme Peruffo (2011) apresenta, no ano de 2009, 1,8% das exportações e 0,02% das importações brasileiras foram liquidadas através desse mecanismo. Em 2010, esses valores subiram, respectivamente, para 3,9% e 0,04% e, em 2011, para 4,3% e 0,03%". (PINTO; SEVERO, 2011).

Figura 8 - Estatísticas referentes à utilização do sistema de pagamentos em moeda local (2008-2011)

Exportações e Importações do SML entre Brasil e Argentina *						
Ano	Exportações			Importações **		
	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	% Total Liquidado	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	% Total Liquidado
2008 (out-dez)	33	9.893.100	0,3	10	1.313.842	0,04
2009	1.193	453.487.603	1,8	73	4.316.719	0,02
2010	3.410	1.263.095.928	3,9	41	9.082.715	0,04
2011	4.973	1.640.949.994	4,3	50	8.736.896	0,03

Fonte: Peruffo, (2012)

Notas: *Sob a ótica brasileira, ou seja, exportações brasileiras para a Argentina e importações brasileiras originárias daquele país.

** O valor das importações consiste no somatório das operações ocorridas, fixadas em pesos argentinos, convertidas para reais pela Taxa SML do dia de registro. Este é o somatório dos valores debitados das instituições financeiras. Fonte: Dados brutos obtidos em: Banco Central do Brasil e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Já no ano de 2012, houve um aumento bastante significativo na utilização do SML como meio de pagamento nas exportações brasileiras. O valor total líquido alcançou quase 12% das exportações realizadas no ano e um montante melhor referente às importações, alcançando o percentual de 0,08% do total líquido. No ano de 2013, a quantidade de operações aumentou (9.014 operações), bem como o valor das exportações, contudo houve uma queda no percentual líquido para aproximadamente 8%, dado que reflete o aumento significativo nas exportações, mas não se refletiram no aumento do uso do SML, bem como o percentual líquido das importações, que caiu pela metade (0,04%). No ano de 2014, não só o percentual do total líquido caiu para cerca de 5,5%, como o valor das exportações foi reduzido. Em contrapartida, o número de operações seguiu aumentando em menor medida (9190 operações), apesar das importações utilizando o SML apresentaram queda contínua em todos os segmentos (BCB, 2023).

Já no ano de 2015, a quantidade de operações de importação aumentou significativamente, convertendo-se em um leve aumento no percentual líquido para 5,9%. Já a quantidade de operações para importação se manteve igual com relação a 2014, mas o percentual líquido (0,13%) e o valor das operações apresentaram crescimento. No ano de 2016, a quantidade, valor e percentual total líquido das operações de importação e exportação apresentaram queda. A utilização do SML seguiu decrescendo no ano de 2017, com grande impacto no percentual liquidado das exportações (0,051%), bem como nas importações. No ano de 2018 e 2019 os valores apresentaram leve melhora, mas seguiram sem se recuperar com relação ao período anterior (dados interpretados a partir da tabela 1). (BCB, 2023).

Tabela 1 - Estatísticas referentes à utilização do sistema de pagamentos em moeda local entre Brasil e Argentina (2012-2019)

Ano	Exportações			Importações		
	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	%Total Liquidado*	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	%Total Liquidado
2012	7.431	2.277.897.217	11,93	83	17.245.299,73	0,08
2013	9.041	2.581.447.704	8,051	47	10.525.643,55	0,04
2014	9190	2.313.261.335	5,56	38	5.033.622,97	0,02
2015	10.788	2.504.490.534	5,9	38	37.573.226,81	0,13
2016	8.264	2.469.907.531	5,54	34	21.772.789,50	0,06
2017	7.619	2.341.900.041	0,051	22	4.092.223,25	0,009
2018	7.454	2.499.328.889	3,53	33	3.260.353,58	0,005
2019	6.141	1.999.488.421	2,83	17	8.167.316,05	0,012

Fonte: Fonte: elaboração própria a partir dos dados brutos obtidos em: Banco Central do Brasil e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

* Percentuais calculados com base nos dados de comércio exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esses dados são fornecidos em dólares e foram convertidos pela taxa de câmbio média entre o dólar e o real, fornecida pelo Banco Central do Brasil, para então poderem ser comparados com as estatísticas do SML, calculadas na moeda brasileira.

Em 2009 os Bancos Centrais do Brasil e do Uruguai firmaram uma Carta de Intenções pela qual concordaram em dar início ao processo de implantação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre os dois países. Contudo, sua utilização passou a ser relativamente significativa no ano de 2015. Conforme demonstrado na Tabela 2, desde 2015 é possível observar aumentos moderados na utilização do SML nas importações e exportações. (BANCO CENTRAL DO BRASIL; BANCO CENTRAL DO URUGUAI, 2021).

Tabela 2 - Estatísticas Referentes à Utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Uruguai (2015-2019)

Ano	Exportações			Importações		
	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	%Total Liquidado*	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	%Total Liquidado
2015	115	12.144.617	0,0003	22	15.355.759,34	0,43
2016	278	40.705.346	0,07	105	31.088.250,92	0,76
2017	424	65.689.341	0,11	247	34.448.782,49	0,81
2018	787	126.195.036	0,26	174	60.692.573,43	1,30
2019	862	159.295.248	0,31	111	146.636.136,11	3,07

Fonte: Fonte: elaboração própria a partir dos dados brutos obtidos em: Banco Central do Brasil e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

* Percentuais calculados com base nos dados de comércio exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esses dados são fornecidos em dólares e foram convertidos pela taxa de câmbio média entre o dólar e o real, fornecida pelo Banco Central do Brasil, para então poderem ser comparados com as estatísticas do SML, calculadas na moeda brasileira.

A última expansão do SML ocorreu através de sua implementação com o Paraguai, no ano de 2018. Desde sua implementação, a utilização do SML vem aumentando a passos lentos sua utilização nas exportações e importações entre o Brasil e o Paraguai (SML..., 2018). No ano de 2019, foram realizadas 841 operações de exportação, as quais representaram cerca de 1% do total líquido das operações e 69 operações de importação, abrangendo 0,69% do percentual líquido das operações de importação, conforme observa-se na tabela 3.

Tabela 3 - Estatísticas Referentes à Utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Uruguai (2015-2019)

Ano	Exportações			Importações		
	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	% Total Liquidado*	Quantidade de Operações	Valor (R\$)	% Total Liquidado
2018	72	8.016.158	0,89	15	2.736.294	0,02
2019	841	118.163.222	1,03	69	76.795.779	0,69

Fonte: dados brutos obtidos em: Banco Central do Brasil e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

* Percentuais calculados com base nos dados de comércio exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esses dados são fornecidos em dólares e foram convertidos pela taxa de câmbio média entre o dólar e o real, fornecida pelo Banco Central do Brasil, para então poderem ser comparados com as estatísticas do SML, calculadas na moeda brasileira.

Por fim, é possível observar um avanço na expansão do SML dentro do Mercosul, bem como na utilização do mecanismo nas transações entre os países. Contudo, apesar desses progressos, a proporção entre o aumento das trocas comerciais e a utilização do mecanismo não foi proporcional, abrindo margem para o questionamento da relevância que o mecanismo possui para os Estados-membros, nos diferentes períodos de governos vigentes nos anos de 2012 a 2019.

4.3 IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DA ONDA ROSA PARA A ONDA NEOLIBERAL NA CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)

O período de 2012 a 2019, foi marcado pela transição da Onda Rosa para a Onda Azul em diversos países componentes da CAF, visto que os impactos dessa transição não se restringiram apenas ao âmbito interno dos membros, mas também em sua relação com a própria Corporação. As aprovações e desembolsos realizados pela CAF acabam refletindo esse cenário, na tabela 4 está disposta as aprovações por país, tendo em vista que representam o reflexo da relação individual de cada país com relação a Corporação. Além disso, com base nos relatórios publicados pela CAF, é possível identificar o alinhamento da Corporação à Agenda 2030 da

Organização das Nações Unidas (ONU), agindo como porta-voz das demandas dos países da América latina e promovendo iniciativas convergentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Para isso, a CAF realizou aprovações para áreas de infraestrutura, equidade e desenvolvimento social, melhoria da produtividade, energia e eficiência energética, desenvolvimento institucional; sustentabilidade ambiental e de mudança climática, integração regional; e sustentabilidade econômica e financeira para os países da região (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2019).

No ano de 2012, o relatório publicado pela CAF ressaltou que a região da América Latina apresentava desafios estruturais, tais quais a falta de diversificação das exportações, o aumento no nível de poupanças e investimento, a geração de receitas de competitividade e produtividade e o problema da desigualdade. Em contraposição, a Corporação trouxe à luz elementos positivos, como: os avanços na diminuição da exposição econômica a nível externo e o fortalecimento da posição líquida externa, bem como o aprofundamento dos mercados financeiros locais. “Deve-se destacar que nos casos do Peru, Brasil e Colômbia as aprovações para o setor produtivo através do sistema financeiro chegaram a USD 1 bilhão, USD 1 bilhão e USD 815 milhões, respectivamente, todas através de linhas de crédito a curto e médio prazos” (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2012).

Neste ano, os países que compõem o Mercosul concentram quase 40% das aprovações de crédito concedidas pela CAF. Desse total, USD 839 milhões foram repassados para a Argentina, utilizados principalmente para a infraestrutura rodoviária e hídrica do país. Para o Brasil a CAF aprovou USD 1,903 bilhões, com objetivo de contribuir com iniciativas de alto impacto social e produtivo e fortalecer o sistema financeiro do país. No contexto do Paraguai, foi aprovado um empréstimo programático no valor de USD 75 milhões. Essa medida visava a fortalecer o monitoramento da gestão macroeconômica e financeira do governo, aprimorar o processo de planejamento e oferecer apoio à descentralização do setor público. Adicionalmente, foi aprovado o montante de USD 800 milhões para dar suporte à estratégia de gestão da dívida pública do Paraguai e do Uruguai. O ano de 2012 também foi marcado pela entrada da Venezuela ao Mercosul, se somadas suas aprovações, os Estados-membros receberam o total de 43% das aprovações totais. Essas aprovações foram realizadas para garantir o tratamento de água, bem como para o setor cultural do país (CAF, 2012).

Tabela 4 – Aprovações da CAF por país (em milhões de USD) de 2012 a 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Argentina	839	1100	674	694	706	996	1626	626
Bolívia	485	684	625	505	564	564	532	243
Brasil	1903	2234	1903	1234	1371	1371	1476	1591
Colômbia	841	1563	1552	2008	2077	2077	1544	2059
Equador	766	835	800	814	766	766	754	969
México	82	380	549	522	575	575	656	950
Panamá	328	325	299	527	595	595	694	598
Paraguai	189	431	181	307	548	548	497	710
Peru	1749	2497	2415	2336	2139	2139	2306	2191
Trinidad e Tobago	0	0	0	0	300	300	0	200
Uruguai	729	516	651	588	959	661	8	965
Venezuela	327	417	475	501	541	501	600	0
Outros Países	1037	894	1498	1502	1274	1564	1564	1907
Total de aprovações	9275	11876	11622	11537	12412	12259	13663	13010

Fonte: Fonte: elaboração própria a partir do Informe CAF, 2015 e 2020.

No ano de 2013, o informe da CAF conferiu destaque para a IV Reunião do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento, sediada em Santiago, no Chile, a qual resultou em dois projetos conjuntos: o Transporte Multimodal Laguna Merín e Lagoa dos Patos, entre o Uruguai e o Brasil, e o Programa Pehuenche, na área de influência do Paso Pehuenche, entre o Chile e a Argentina. Somado a isso, houve esforços para avançar na integração ferroviária bioceânica da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Venezuela. Neste ano, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Venezuela receberam 37% das aprovações de créditos realizadas pela CAF, conforme as informações detalhadas na Tabela 4 (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2013).

Deste montante, US\$ 1,1 bilhão foi concedido à Argentina, para assistência técnica e financeira, setor elétrico, rodoviário, satélites de telecomunicações, água e saneamento, bem como à infraestrutura educativa. Além disso, a CAF aprovou US\$ 2,2 bilhões ao Brasil, principalmente para os setores rodoviário, corporativo, financeiro, dentre outros. Para o Paraguai, a CAF atribuiu US\$ 400 milhões, com o objetivo de fortalecer o monitoramento da gestão macroeconômica e financeira do governo, melhorar o processo de planejamento e apoiar a descentralização do setor público. Somado a isso, foi aprovado um montante de US\$ 800 milhões para apoiar a estratégia de gestão da dívida pública dos governos do Peru e Uruguai, este último recebeu o montante total de US\$ 516 milhões. Para a Venezuela, que também é um

dos membros fundadores da CAF, foram aprovados US\$ 417 milhões, para melhoria da rede hidrometeorológica do país, bem como apoio ao setor elétrico (CAF, 2013).

No ano de 2014, o relatório destacou o desempenho econômico pior do que no ano anterior dos países da América Latina, de acordo com os dados do Fórum Econômico Mundial (FEM) e destacados no Informe Anual realizado pela CAF do ano de 2014. De acordo com o relatório da CAF, a queda na classificação foi resultado da falta de implementação de medidas com o intuito de reduzir a corrupção e de melhoria ao acesso à educação e ao crédito, traduzindo-se em um baixo desempenho institucional. Neste ano, os membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) receberam 33% das aprovações de crédito concedidas pela CAF, como demonstra a tabela 4 (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2014).

Desse montante, US\$ 674 milhões foram aprovados para a Argentina, para serem executados projetos no setor elétrico, logístico, saneamento básico, educação, dentre outros. Para o Brasil, a CAF aprovou operações em um total de US\$ 1,9 bilhão, destinados a programas de infraestrutura (destaque para mobilidade urbana e setor energético, de serviços básicos e de sustentabilidade. Já para o Paraguai, foram aprovados apenas US\$ 181 milhões, principalmente para melhoria em estradas e desenvolvimento rural. Para o Uruguai foram aprovados US\$ 651 milhões, direcionados para serviços logísticos ferroviários e empréstimo de longo prazo concedidos à empresa Cadonal S.A. Por fim, a Venezuela recebeu a aprovação de US\$ 475 milhões, para os setores culturais, elétricos e hídricos (CAF, 2014).

Em 2015, a América Latina, enfrentou uma recessão e crescimento negativo, com a redução nas exportações e baixa nos preços dos produtos agrícolas. As aprovações da Corporação para os membros do Mercosul no ano de 2015 foi de cerca de 29% do total de crédito concedido pela instituição, conforme demonstra a tabela 4. Além disso, uma parte significativa das aprovações do Brasil, da Colômbia e do Peru foi destinada para linhas de crédito corporativas e financeiras, dessa forma absorveram uma maior proporção das aprovações totais (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2015).

Neste ano, a CAF aprovou US\$ 694 milhões para a Argentina, para saneamento básico, infraestrutura de energia, rodovias, entre outros. Além disso, a CAF aprovou um total de US\$ 1,2 bilhão em favor do Brasil na área de infraestrutura, desenvolvimento urbano, bem como para o setor financeiro através de linhas de créditos não comprometidas a bancos de desenvolvimento regionais. Já para o Paraguai, as aprovações foram no valor de US\$ 307 milhões, dando continuidade ao financiamento da CAF para o setor rodoviário do Paraguai, bem como renovações de linhas de crédito a diversas instituições financeiras do país. Para o

Uruguai, a CAF aprovou US\$ 588 milhões, destinados a linhas de créditos para facilitar o acesso aos mercados de capitais internacionais de maneira competitiva, bem como para aumentar a capacidade logística do país. Por fim, a Venezuela recebeu a aprovação de US\$ 501 milhões, para os setores energia, infraestrutura rodoviária e linhas de créditos para expansão de empresas do país (CAF, 2015).

No ano de 2016, o Brasil, Argentina, Equador e Venezuela enfrentaram o agravamento da recessão econômica, em contraposição ao restante dos produtores de matéria-prima da região, que apresentaram taxas de crescimento próximas a 3%. Já as aprovações da CAF para os países membros do Mercosul foram de cerca de 33% das aprovações totais, correspondentes a linhas de crédito corporativas, financeiras e contingentes. Neste ano, a Venezuela foi suspensa do Mercosul, mesmo assim recebeu o montante de US\$ 541 milhões da CAF, utilizados como uma ação anticíclica em resposta às baixas nos preços do petróleo. Para auxiliar a conter a recessão, a Venezuela recebeu aprovação de uma operação de apoio orçamentário por meio de empréstimo setorial com enfoque amplo para o habitat e desenvolvimento urbano. Além disso, foram aprovados empréstimos para saneamento básico e linhas de crédito para expansão de empresas (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2016).

Em 2016, as aprovações para a Argentina foram de US\$ 706 milhões, com destaque para aquelas vinculadas ao setor da água potável e saneamento. Outro evento destacado no relatório foi o alto nível de inflação registrados no país, o qual foi o mais alto dentre os países da região. Já para o Brasil, neste ano, a CAF aprovou US\$ 1,3 bilhão, principalmente para operações de desenvolvimento urbano e mobilidade urbana. Além disso, o relatório destacou a agudização da recessão econômica no Brasil, mas, em contraposição, a confiança dos agentes econômicos apresentou melhoras, após os recentes eventos de crise política. Para o Paraguai foram aprovados US\$ 548 milhões, com destaque para o apoio técnico e financeiro ao setor energético oferecido pela CAF, bem como aprovações para linhas de crédito a diversas instituições financeiras do país, com destaque para o agronegócio e as pequenas, micro e médias empresas. Já para o Uruguai, as aprovações foram de US\$ 959 milhões, voltados para redes rodoviárias, linhas de crédito de para o Banco Hipotecário do Uruguai (BHU), a fim de garantir a liquidez e fornecer fundos para financiar operações de eficiência energética. Outras informações destacadas no relatório, foram os elevados índices de endividamento e alta pressão tributária no Uruguai e a construção da nova sede da CAF no Uruguai (CAF, 2016).

No ano de 2017, os países do Mercosul receberam 29% das aprovações totais, conforme demonstrado na tabela 4. Neste ano, a Argentina recebeu a aprovação de US\$ 996 milhões, com destaque para os empréstimos vinculados ao setor de água e saneamento básico. Outro evento

destacado no relatório foi a mobilização de recursos de terceiros pela CAF, para a implantação do plano de manejo integral da Bacia do Rio Luján. Neste ano, a CAF aprovou US\$ 1,3 bilhão em favor do Brasil, para operações relacionadas com o desenvolvimento e mobilidade urbana, turismo, crédito ao setor financeiro e infraestrutura. Além disso, foram aprovados US\$ 548 milhões para o Paraguai, consolidando apoio da CAF à infraestrutura rodoviária para o país. Ademais, a CAF, assim como para a Argentina, mobilizou recursos de terceiros, oriundos do FONPLATA, para pavimentação. Já para o Uruguai, as aprovações foram de US\$ 959 milhões, principalmente para o setor de transporte e saneamento básico, bem como de infraestrutura para o setor rodoviário (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2017).

No ano de 2018, a CAF realizou 27% das aprovações totais aos países membros do Mercosul, conforme informações extraídas da tabela 4. Neste ano, as aprovações para a Argentina foram as maiores do período observado, cerca de USD 1,6 bilhões para o setor rodoviário, energético e renovação urbana, dentre outros. As aprovações concedidas pela CAF ao Brasil alcançaram o valor de US\$ 1,4 bilhões, principalmente para as áreas de saneamento básico, pesquisa, desenvolvimento e inovação, meio ambiente (biodiversidade, mudanças climáticas e recursos florestais), mobilidade urbana e logística, além de contribuir para o financiamento do programa de microfinança. No caso do Paraguai, as aprovações corresponderam a aproximadamente US\$ 497 milhões, destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Transmissão do Sistema Interconectado Nacional e da distribuição elétrica rural. Além disso, foram destinados recursos para a melhoria da infraestrutura de distribuição nas áreas da Região Oriental do país. Por fim, para o Uruguai a aprovação foi a menor do período analisado, no valor de US\$ 8 milhões, incluindo a renovação e expansão da linha de crédito contingente para o Ministério da Economia e Finanças, para a criação do Programa de Investimento, com o objetivo de melhorar as condições de mobilidade segura, bem como a conectividade e o potencial logístico do departamento de Canelones (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF, 2018).

Por último, no ano de 2019, os países membros do Mercosul receberam quase 30% do montante total das aprovações realizadas pela CAF, conforme demonstram os dados da tabela 4. Neste ano, as aprovações para a Argentina foram de US\$ 626 milhões, para a melhoria da infraestrutura econômica e social no interior do país, bem como para a melhoria no setor de educação e rodoviária. Para o Brasil, as aprovações executadas pela CAF foram de cerca de US\$ 1,6 milhões nas áreas de infraestrutura, integração e desenvolvimento urbano, meio ambiente, saneamento básico e linhas de crédito. Já para o Paraguai, as aprovações foram no valor de US\$ 710 milhões, reafirmando o apoio da CAF ao setor energético, por meio da

operação de crédito para a Administração Nacional de Eletricidade (ANDE), dessa forma a Corporação tornou-se a maior financiadora da ANDE. Além disso, foram aprovados projetos de infraestrutura, em especial, foi realizado o primeiro empréstimo soberano vinculado ao setor de saneamento para o Paraguai. Por fim, para o Uruguai foram aprovados US\$ 965 milhões, com o intuito de contribuir para o avanço da infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias e portos). O objetivo principal da CAF foi estimular o aumento da produtividade em diversos setores econômicos do país, através do investimento em inovação, também promovendo a expansão e aprimoramento do acesso à água potável, e enfrentando os desafios de melhorar a educação e a formação profissional (CAF, 2019).

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O impacto da transição da Onda Rosa para a Onda Azul nos mecanismos de integração financeira do Mercosul apontam para uma mudança na dinâmica de integração regional no âmbito do Mercosul. A suspensão do Paraguai, a entrada da Venezuela e sua posterior suspensão trouxeram impactos que prejudicaram o processo de integração financeira do Mercosul. Além disso, o cenário da Onda Azul trouxe uma realidade de despriorização para as iniciativas que haviam sido criadas na onda anterior e estavam em processo de consolidação.

O FOCEM, apesar de sua importância para a integração regional, enfrentou desafios em relação à disponibilidade de recursos para a execução de projetos de grande porte no setor de transporte e energia dos países. Além disso, mudanças políticas e econômicas em alguns membros do bloco também afetaram a distribuição de recursos e a suspensão temporária da Venezuela teve impacto direto na execução de projetos. Conforme informam Carvalho e Senhoras (2020), o Brasil e a Argentina passaram a atrasar os repasses para o Fundo, ou pelas crises econômicas, ou por não entenderem que ele seja importante agora. Esse evento pode ser interpretado como um reflexo da mudança de onda política, passando da ênfase na integração regional para a Onda Azul, levando os países a buscar alinhamentos com outras potências externas à região.

Desde sua implementação em 2008, houve um crescimento gradual no uso do SML até 2012, especialmente nas exportações brasileiras. No entanto, a partir de 2013, o percentual líquido de sua utilização nas exportações e importações diminuiu, tendência que se intensificou até 2017. Essa redução pode ser atribuída a mudanças políticas e econômicas nos países envolvidos, como a crise política no Brasil em 2016. As variações na utilização do SML ao longo dos anos indicam que fatores econômicos e políticos tiveram um impacto significativo

na preferência e adesão a esse mecanismo. Ademais, a instabilidade política, mudanças econômicas e a falta de familiaridade com o sistema podem ter contribuído para as flutuações observadas.

Assim como nos demais mecanismos, os impactos da transição da Onda Rosa para a Onda Azul na CAF mostram que os países da América Latina enfrentaram desafios estruturais nesse período, como a falta de diversificação das exportações, aumento da poupança e investimento, questões de competitividade e produtividade, e o problema da desigualdade. Ao longo dos anos, a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela receberam aprovação significativas de crédito da CAF, principalmente para iniciativas de alto impacto social e produtivo, e para fortalecer o sistema financeiro do país. No entanto, devido às instabilidades crescentes, houve uma queda no percentual de aprovação da CAF para os países membros do Mercosul. Além disso, o valor bruto de aprovações para os países do Mercosul não sofreu variações bruscas durante o período, teve seu pico mais alto em 2013, com o montante de US\$ 4,9 bilhões, e o pico mais baixo no ano de 2015, com o montante de US\$ 3,3 bilhões. Com base nessas informações, é possível concluir que as concessões da CAF aumentaram, mas o enfoque foi em países fora do bloco do Mercosul.

Em síntese, a transição da Onda Rosa para a Onda Azul nos mecanismos de integração financeira do Mercosul trouxe desafios e ajustes para a integração regional no bloco, mas também representou uma busca por uma agenda mais ampla de cooperação e desenvolvimento para os países membros. Para o FOCEM, essa transição representou um retrocesso no crescimento paulatino que o Fundo havia apresentado durante a Onda Rosa. Já para o SML, o impacto dessa transição foi a desaceleração da ampliação do mecanismo, contudo, mesmo com esse impacto, ainda houve a expansão de sua utilização para as transações comerciais entre o Brasil e o Uruguai e posteriormente do Brasil com o Paraguai. No que se refere a CAF, foi possível observar o esforço do mecanismo para mitigar os impactos das crises enfrentadas pelos países da região. Além disso, os dados apresentados no trabalho demonstraram que a transição da Onda Rosa para a Onda Azul teve impactos variados entre os países da região e, em especial, do Mercosul.

5 CONCLUSÃO

Após quase duas décadas de predominância dos governos de esquerda (Onda Rosa) e centro-esquerda na América do Sul, o cenário político da região do Mercosul vem passando por mudanças significativas, com o avanço de governos mais conservadores e neoliberais (Onda Azul). A insatisfação popular com as políticas adotadas pelos governos de esquerda foi uma tendência crescente, levando muitos países a buscar uma possível mudança através da oposição. O presente trabalho teve como objetivo analisar o impacto da transição da Onda Rosa para a Onda Azul nos mecanismos de integração financeira do Mercosul, durante o período compreendido entre 2012 e 2019. Ao longo desta pesquisa, foram examinadas as mudanças políticas ocorridas nos países que compõem o Mercosul, assim como o reflexo dessas transformações nos acordos e iniciativas financeiras estabelecidas no bloco.

A ideia proposta na introdução deste texto era entender o nível de aprofundamento do processo de integração financeira do Mercosul durante a transição de ondas destacadas, visando a identificar os desafios e oportunidades que as transições políticas poderiam apresentar para a cooperação econômica e a estabilidade da região. Em específico, o foco do trabalho foi identificar se os eventos ocorridos entre os anos de 2012 e 2019 intensificaram ou arrefeceram a utilização dos mecanismos criados justamente para promover a integração financeira entre os países do Mercosul, sendo eles o SML, o Focem e, apesar de externo ao bloco, a CAF.

Na última década, os diversos países da América Latina, em especial os países do Mercosul, vivenciaram a transição de modelos econômicos e de governo que se dominaram Onda Rosa e Onda Azul. Apesar de muitos analistas terem associado a integração latino-americana a uma onda de governos de esquerda na época, na realidade, ela está profundamente enraizada em estruturas constitucionais que precedem as tendências da onda (LONG, 2023). Contudo, durante a Onda Rosa, observou-se um esforço significativo em direção à cooperação econômica e à integração regional. Um exemplo é a Constituição Brasileira de 1988, que direciona o governo a buscar a integração econômica, política, social e cultural dos países da América Latina, com o objetivo de estabelecer uma comunidade de nações latino-americanas. A busca por maior autonomia e protagonismo sul-americano conduziu ao fortalecimento de mecanismos de integração financeira dentro do Mercosul, tais como a criação do SML e do Focem e a ampliação de acordos comerciais intra e extrabloco.

Contudo, a partir de meados da década de 2010, com a transição para a Onda Azul, caracterizada por governos de cunho mais liberal e alinhados a políticas econômicas globais, surgiram desafios para a continuidade e fortalecimento desses mecanismos de integração

financeira. A ênfase em acordos bilaterais e a aproximação com atores externos fora do bloco podem ter reduzido o ímpeto para aprofundar a cooperação regional, afetando potencialmente a solidez dos laços financeiros entre os países membros.

De acordo com Van Klaveren (2018), o Mercosul se inseriu de forma peculiar na “onda do regionalismo pós-liberal”. Embora não tenha renunciado ao objetivo de liberalizar o comércio entre seus membros e estabelecer uma união aduaneira imperfeita com relação a terceiros Estados, durante as gestões de Nestor Kirchner e Cristina Fernández na Argentina, e de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, o bloco tendenciou a focar mais em políticas públicas e aspectos políticos. Um exemplo claro da politização do Mercosul foi a admissão da Venezuela e a suspensão do Paraguai. A Venezuela foi admitida como membro pleno em 2006, sem a necessidade de cumprir o acervo comunitário do esquema de integração.

No entanto, em 2017, as mudanças na conjuntura política na Argentina e no Brasil, juntamente com a readmissão do Paraguai como membro pleno, levaram à suspensão da Venezuela, alegando interrupção da ordem democrática no país. A decisão teve um maior impacto político do que econômico, pois a participação da Venezuela no Mercosul teve poucos efeitos na primeira esfera (VAN KLAVEREN, 2018). É importante ressaltar que os efeitos da transição política sobre os mecanismos de integração financeira do Mercosul não foram uniformes em todos os países e áreas de cooperação. Alguns governos continuaram a defender a importância da integração regional, buscando conciliar interesses internos e externos. Outros, por sua vez, priorizaram agendas mais voltadas para acordos comerciais globais, o que pode ter repercutido nas dinâmicas de cooperação intrabloco.

Nesse ínterim, a América do Sul apresenta uma arquitetura regional em funcionamento para cooperação monetária e financeira, embora ainda não atenda totalmente às demandas das economias sul-americanas em termos de financiamento do desenvolvimento e mecanismos para facilitação de pagamentos e financiamento de curto prazo. Essa tendência refletia um alinhamento com a crescente cooperação financeira regional, conforme proposto pela UNCTAD (2007). No contexto específico do Mercosul, a adesão da Venezuela ao bloco e a criação do FOCEM foram marcos importantes com potencial de impulsionar ações nas áreas monetária e financeira, quebrando a inércia verificada anteriormente. Contudo, o cenário político da região na transição para a Onda Azul acabou interferindo na integração de mercados planejada pelo bloco.

Conforme afirma Van Klaveren (2018), o Mercosul é considerado um resquício do regionalismo pós-liberal na América Latina. Com base nisso, as profundas mudanças políticas ocorridas em países como Argentina e Brasil indicaram deslocamentos graduais em suas

políticas comerciais, especialmente em relação a terceiros países, o que também facilitou a busca por novos acordos de liberalização por parte do Uruguai e Paraguai.

Na última década, os projetos do FOCEM foram direcionados, conforme previsto em seu artigo de criação, para as "economias menores" e as "regiões menos desenvolvidas" do Mercosul, com Paraguai e Uruguai sendo os principais beneficiados. Apesar de contar com recursos relativamente limitados, o FOCEM tem se mostrado um instrumento relevante e efetivo no combate às assimetrias. Contudo, os valores aplicados na área de Convergência Estrutural (86% dos recursos totais), Coesão Social (3,2% do montante total) e para o Fortalecimento Institucional (0,1% dos recursos totais) são valores insuficientes para equilibrar as assimetrias do bloco, sendo necessário ampliar os recursos. Ao mesmo tempo, a conjuntura política do recorte de 2012 a 2019 dos países da região, apresentaram-se pouco interessados em seguir com o projeto integracionista do Mercosul, resultando em poucos avanços no período.

Conforme apresentado pelos Relatórios do FOCEM de 2012 a 2019, os projetos seguiram sua execução. Contudo, apesar disso, houve uma perspectiva de paralisação das atividades, visto que em outubro de 2017, os países ainda não haviam integrado a normativa de renovação do Fundo. A respeito dos eventos internos, a agenda regional enfrenta uma significativa limitação devido à influência de orientações ideológicas dos governantes que se alternam no poder. Essa situação dificulta ainda mais a possibilidade de avançar nos processos de integração. Portanto, torna-se evidente a necessidade de adotar posturas de Estado, baseadas em ideias que transcendam governos e sejam mantidas a longo prazo. Além disso, a suspensão da Venezuela do bloco, não impactou diretamente os projetos no FOCEM, tendo em vista que o país não possuía projetos vinculados ao Fundo (LIMA, 2018).

Desde sua criação, o SML tem enfrentado limitações em sua aceitação, com um foco consideravelmente voltado para as exportações brasileiras. Embora o SML entre Argentina e Brasil tenha iniciado suas operações em outubro de 2008, as negociações para esse sistema já haviam sido propostas pelos bancos centrais desses países em 2006. O acordo entre Uruguai e Argentina foi assinado em 2012, mas só entrou em vigor em junho de 2015. Por sua vez, o Paraguai estabeleceu um acordo com os três outros países, mas suas operações com o Brasil só começaram em agosto de 2018. A adesão do Uruguai e do Paraguai demorou mais, principalmente devido aos padrões técnicos estabelecidos pela Argentina e pelo Brasil, que confrontaram os bancos centrais dos países menores com problemas de compatibilidade que precisaram ser resolvidos (FRITZ; KALTENBRUNNER; MÜHLICH; ORSI, 2023).

Desde 2012, o número total de operações realizadas através do SML cresceu significativamente, chegando a cerca de 9.000 a 11.000 operações por ano, em comparação com

as 1.200 operações em 2008 (ver figura 8). No entanto, mesmo com esse crescimento, o SML ainda representa uma pequena parcela das exportações do Brasil para a Argentina, ficando entre 5% e 7% do comércio intra-regional. Vale destacar que a Argentina é um parceiro comercial mais relevante para o Brasil, representando aproximadamente 20% a 25% das importações e 15% a 20% das exportações durante o mesmo período. Por outro lado, o SML acabou sendo mais utilizado para as exportações brasileiras do que para as exportações argentinas. O comércio bilateral entre o Brasil e o Uruguai, assim como entre o Brasil e o Paraguai, também observou um aumento na participação de operações realizadas através do SML. No entanto, essa participação ainda apresentou-se menor em relação ao comércio entre a Argentina e o Brasil. (FRITZ; KALTENBRUNNER; MÜHLICH; ORSI, 2023).

No período determinado no presente trabalho como Onda Rosa, a CAF desempenhou um papel importante no financiamento de projetos de infraestrutura, integração econômica e desenvolvimento social nos países membros, fortalecendo a cooperação regional e promovendo a implementação de políticas econômicas voltadas para a inclusão social e a redução das desigualdades. Contudo, com a transição para a Onda Azul, a CAF enfrentou desafios em sua atuação e orientação estratégica. As mudanças de orientação política em alguns países da Comunidade Andina levaram a uma maior ênfase em acordos bilaterais e uma maior abertura aos mercados globais. Contudo, a instabilidade econômica global e as mudanças nas políticas comerciais de grandes atores internacionais impactaram a capacidade de captação de recursos e a taxa de sucesso na implementação de projetos financiados pela CAF. A volatilidade econômica e a incerteza política geraram um ambiente menos propício para o financiamento de projetos de longo prazo e com um enfoque regional mais amplo. No período denominado de Onda Azul, a CAF foi considerada como um mecanismo para potencializar e fortalecer a cooperação triangular. Todavia, conforme os dados apresentados neste trabalho, o cenário político conturbado dos países que compõem o Mercosul, fizeram com que os recursos da CAF fossem destinados para mitigar as crises políticas e econômicas da região e não necessariamente ao desenvolvimento dos países.

Em suma, a transição da Onda Rosa para a Onda Azul influenciou os mecanismos de integração financeira do Mercosul, os quais provocaram desafios e oportunidades para a continuidade e aprofundamento da cooperação econômica entre seus membros. As mudanças políticas e ideológicas na América Latina tiveram implicações diretas na forma como os países do bloco se relacionam entre si e com o resto do mundo, o que exigiu uma constante revisão e adaptação dos mecanismos de integração financeira para garantir a estabilidade e o progresso da região.

Os possíveis benefícios da integração regional têm sido cada vez mais evidentes. Contudo, a realização dessas perspectivas bem-sucedidas dependerá da habilidade dos líderes da região em transcender a polarização ideológica. Essa tarefa requererá uma diplomacia perspicaz e um projeto institucional cuidadosamente elaborado. Além disso, o avanço da integração na América Latina dependerá não somente das alianças internas, mas da capacidade de execução de acordos e alianças com parceiros externos. Adler e Long (2023), ressalta a necessidade de um posicionamento mais alinhado com os EUA e um distanciamento da China, contudo, a América Latina tem o potencial de aproveitar-se dessa situação e utilizar seu poder de barganha. Os mecanismos de integração financeira podem ter um papel fundamental para atenuar os desequilíbrios entre os espaços luminosos e opacos do Mercosul e da América Latina como um todo, facilitando o aprofundamento do processo de integração regional e projetando de maneira mais incisiva o poder de barganha que a região tem o potencial de atingir.

Por fim, este estudo reforça a relevância de uma cooperação intrabloco sólida, que leve em consideração os diferentes contextos políticos e econômicos dos países membros, além de buscar conciliar suas aspirações nacionais com os interesses coletivos da região. Ademais, novos desafios e oportunidades podem surgir com a evolução do cenário político e econômico global, o que torna essencial uma constante vigilância e análise dos mecanismos de integração financeira do Mercosul para promover um desenvolvimento sustentável e benéfico a todos os membros.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, E. **Mercosul & União Européia: estrutura jurídico-institucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- ADLER, D.; LONG, G. Latin America Is Stronger Together: The Case for Regional Integration. Foreign Affairs, New York, 15 aug. 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/south-america/latin-america-stronger-together>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ALLENDE, N. F.; BLAIR, L. Uma década após o golpe, a esquerda tem a chance de recuperar o poder no Paraguai. **Jacobin Brasil**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/07/uma-decada-apos-o-golpe-a-esquerda-tem-a-chance-de-recuperar-o-poder-no-paraguai/>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- BALESTRO, M.; MONTEIRO, C. F. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 45-52, ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26637>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estabilidade financeira**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/arsinfos>. Acesso em: 09 dez. 2022
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estabilidade Financeira**: Informações do Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/arsinfos>. Acesso em: 11 jan. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL; BANCO CENTRAL DO URUGUAI. **Carta de Intenções entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central do Uruguai**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/rex/sml/Carta-de-Intencoes-BCB-BCU.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- BARRAL, Welber. O protocolo de Olivos e o Mercosul. **Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 23, n. 44, p. 151-165, jul. 2002.
- BASTOS, P. P. Z.; HIRATUKA, C. **A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência**. Campinas: Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n. 306).
- BIOCCA, S. M. **Claves político-jurídicas para la integración latinoamericana**. Buenos Aires: Zavalía, 2001.
- BOAS, T. C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. **Studies In Comparative International Development**, California, v. 44, n. 2, p. 137-161, 21 fev. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s12116-009-9040-5>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BRANDO, A. C. A Corporação Andina de Fomento: um gigante gentil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/a->

corporacao-andina-de-fomento-um-gigante-gentil.shtml?origin=folha. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. 17. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **NCM**. Brasília, 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Dumping**. [2023]. Disponível em: [http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-](http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,mercado%20interno%20(valor%20normal).)

[dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,mercado%20interno%20\(valor%20normal\)](http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-assuntos/categ-comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/defesa-comercial-2/o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%3A%20Considera%2Dse%20que%20h%C3%A1,mercado%20interno%20(valor%20normal).). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE. **Cooperação Financeira**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/cooperacao-financeira#:~:text=A%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20envolve%20a,de%20desenvolvimento%20de%20pa%C3%ADses%20doadores>.

[financeira#:~:text=A%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20envolve%20a,de%20desenvolvimento%20de%20pa%C3%ADses%20doadores](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/agenda-financeira-e-tributaria-internacional/cooperacao-financeira#:~:text=A%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20envolve%20a,de%20desenvolvimento%20de%20pa%C3%ADses%20doadores). Acesso em: 17 abr. 2023.

BRATILIERE, K.; VIANA, N. A Onda Rosa e a Onda Azul: Uma Análise das Tendências Políticas da América do Sul nas Últimas Décadas. **PUC Minas Conjuntura**, 01 fev. 2018.

Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/02/01/a-onda-rosa-e-a-onda-azul-uma-analise-das-tendencias-politicas-da-america-do-sul-nas-ultimas-decadas/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRESSAN, R. N.; MENEZES, R. G.; RIBEIRO, A. S. Trancos e barrancos. **Brazilian Journal Of International Relations**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 32-54, 29 out. 2021.

Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p32-54>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Principles of New Developmentalism. **Brazilian Journal Of Political Economy**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 189-192, jun. 2020. FapUNIFESP.

<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572020-3121>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3121>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BUENO, E. U.; FEIJÓ, F. T. A entrada da Venezuela no MERCOSUL: uma análise de equilíbrio geral computável sobre os impactos setoriais no brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 169-212, abr. 2014. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3326/5/PPE_v44_n01_Entrada.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

CALZAVARA, J. C. Onda rosa: nuances e interpretações na américa latina do século XXI. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 8, n. 02, p. 76-81, jun. 2021.

CARVALHO, G. F. de. Onda Rosa e a virada democrática na América do Sul: uma análise dos níveis doméstico e regional. **PUC Minas**, 2022. Disponível em:

<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2022/05/11/onda-rosa-e-a-virada-democratica-na-america-do-sul-uma-analise-dos-niveis-domestico-e-regional/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CARVALHO, P. N.; SENHORAS, E. M. Crise do Regionalismo Sul-Americano: discussões sobre integração, fragmentação e desintegração. **Revista Tempo do Mundo**, Belo Horizonte, v. 23, p. 61-92, 2 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.38116/rtm23art3>. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm23art3>. Acesso em: 3 ago. 2023.

CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's Left Turn: a tale of two lefts. **Foreign Affairs**, New York, v. 85, n. 3, p. 28-43, jun. 2006 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/20031965>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: **Paz & Terra**, 1999.

CISNEROS, G. Prototipo del Populismo Contemporáneo: “El Chavismo y su llegada al poder”. **Revista de Ciencia política**, Buenos Aires, nº 6, mar. 2016. Disponível em: <http://www.revinciapolitica.com.ar/num6art5.php>. Acesso em 18 jul. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe: La región en la década de las economías emergentes**. Santiago, Chile: CEPAL, 2011.

CHIACHIO, E. P. **A Onda Rosa na América Latina: caso brasileiro**. 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2711/1/ElisPoliChiachio.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO – CAF. **Informe Anual 2012**. Caracas, 2013. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/319>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2013**. Caracas, 2014. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/312>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2014**. Caracas, 2015. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/796>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2015**. Caracas, 2016. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/946>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2016**. Caracas, 2017. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1092>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2017**. Caracas, 2018. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1278>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2018**. Caracas, 2019. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1441>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO - CAF. **Informe Anual 2019**. Caracas, 2020. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1650>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CRUZ, D. A. M. O. O FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM): um debate sobre assimetrias e integração regional. **GEOgraphia, Niterói**, v. 21, n. 47, p. 43-51, set/dez. 2019. Semestral.

CULPEPER, R. Reforma de la arquitectura financiera mundial: el potencial de las instituciones regionales. *In*: OCAMPO, José A. (Comp.) Cooperación financiera regional. Chile: CEPAL, capítulo II, p. 57-90, 2006.

DECISÃO sobre a suspensão da república bolivariana da Venezuela no Mercosul. **Mercosul**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DEOS, S. S., WEGNER, R. C. Cooperação Financeira e o financiamento da infra-estrutura na América do Sul. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 69-89, 2011.

DEOS, S. S.; MENDONÇA, A. R. R.; WEGNER, R. C. Cooperação financeira no Mercosul e o financiamento do investimento. **Nova economia**, Belo Horizonte. v. 23, n. 1, p. 155–184, 2013.

DESIDERÁ NETO, W. A. **O Brasil, a América do sul e a cooperação Sul-Sul**. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, H; AYEBE, L. F. (orgs). Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais. São Paulo: Cultura acadêmica, 2015, p. 211-249.

FANELLI, J. M. Integración y profundización de los mercados financieros. **Red de Investigaciones Económicas del Mercosur**, Montevideo, V. 9, P.259, 2008.

FRITZ, B.; KALTENBRUNNER, A.; MÜHLICH, L.; ORSI, B. South-South monetary regionalism: a case of productive incoherence? **New Political Economy**, London, p. 1-14, 20 mar. 2023. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2023.2184471>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FRIZZERA, Guilherme. A suspensão do Paraguai no MERCOSUL: problema interno, solução externa. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 156-164, set. 2013.

FUNDADORES do Mercosul impedem que Venezuela assumo o bloco. **G1**, São Paulo, 14 set. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2cdHK3s>. Acesso em: 16 jul. 2023.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL. **Acordo Quadro entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Fundo financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA**. Assunção, 2018. Disponível em: <https://focem.mercosur.int/pt/norma/acordo-quadro-entre-o-mercado-comum-do-sul-mercosul-e-o-fundo-financeiro-para-o-desenvolvimento-da-bacia-do-prata-fonplata/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOLD, M; ZAGATO, A. The pink tide Egalitarianism and the Corporate State in Latin America. *In*: GOLD, Marina; ZAGATO, Alessandro. **After the Pink Tide: corporate state formation and new egalitarianisms in Latin America**. New York: Berghahn Books, 2020. p. 1-21. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv1k5317j.3.pdf?refreqid=excelsior%3Adb49104f0896f93>

a8d94c3da44e65c09&ab_segments=&origin=&initiator=&acceptTC=1. Acesso em: 17 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Nota Técnica sobre o Acordo Mercosul-UE**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190718_cc_44_nota_tecnica_acordo_mercosul.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

LARRY, R. With New Chief, Uruguay Veers Left in a Latin Pattern. **The New York Times**, New York, 01 mar. 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/03/01/world/americas/with-new-chief-uruguay-veers-left-in-a-latin-pattern.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

LEÃO, A. P. F. A Política Externa e a Conjuntura Econômica da Argentina (2003-2018): Entre o Distanciamento e o Retorno do Neoliberalismo. In: **América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional** - OPSA. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020, p. 16-33. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Am%C3%A9rica-do-Sul-no-s%C3%A9culo-XXI-Desafios-de-um-projeto-pol%C3%ADtico-regional.pdf>. Acesso em 17 jul. 2023.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/394272/mod_resource/content/1/The%20Resurgence%20of%20the%20Latin%20America%20-%20Steven%20Levitsky%20Intro.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

LIMA, M. K. M. **O FOCEM como instrumento de redução de assimetrias: a importância do financiamento brasileiro**. 2018. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5577/UNILA%202018%20_TCC_M%C3%94NICA_LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. Introdução. In: LIMA, Maria Regina Soares de et al. **América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2020. p. 10-15. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Am%C3%A9rica-do-Sul-no-s%C3%A9culo-XXI-Desafios-de-um-projeto-pol%C3%ADtico-regional.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

LOYOLA, R. Venezuela: as vozes que o chavismo não consegue calar. **Revista Época**, 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/venezuela-vozes-que-o-bchavismob-nao-consegue-calar.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MAGALHÃES, F. A. K. **A Venezuela e o Mercosul: o caso da suspensão sob uma análise do cenário político-jurídico da integração regional**. 2017. 133 f. Monografia (Graduação em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/169923>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARQUES JÚNIOR, W. P. Impactos do valor democrático nas relações diplomáticas e políticas dos países da Unasul ante a suspensão da Venezuela do Mercosul. **Revista Direito e**

Justiça: reflexões sociojurídicas, Santo Ângelo, v. 18, n. 31, p. 145, 14 ago. 2018.
<http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v18i31.2573>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MELLO, G.; ROSSI, P. **Do industrialismo à austeridade:** a política macro dos governos Dilma. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 2017.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção.** Assunção, 1994. Disponível em:
https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

MITLIN, D.; SATTERTHWAITTE, D. Urban poverty in the Global South: scale and nature. New York: **Routledge**, 2013. 355. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=GYdeNdKrp8sC&pg=PA13&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 ago. 2023.

MOREIRA, D. S. O. Continuidades e Descontinuidades nos Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa Brasileira (2016-2020). **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-17, nov. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/51549>. Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/rmi.2020.51549>. Acesso em: 06 ago. 2023.

NATANSON, J. La integración es un elefante blanco. **Le Monde diplomatique**, Buenos Aires. 2017. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/212-la-des-integracion-de-america-latina/la-integracion-es-un-elefante-blanco/>. Acesso em: 11 de ago. de 2023.

OCAMPO, J. A. **Cooperación financiera regional.** Santiago: CEPAL, 2006. Disponível em:
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2459/S0600184_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 abr. 2023.

ODEH, L. E. A comparative analysis of global north and global south economies. **Journal of Sustainable Development in Africa**. Clarion, p. 338-348, 2010. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/265425871_A_comparative_analysis_of_global_north_and_global_south_economies. Acesso em: 18 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. C. V.; SALGADO, R. S. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. *In*: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online** [...]. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em:
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100011&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 06 Ago. 2023.

OLIVEIRA, C. M. **Mercosul:** Livre Circulação de Mercadorias. Curitiba: Juruá, 2003.
 PARAGUAI rompe relações com a Venezuela. **G1**, 10 jan. 2019. Mundo. Disponível em:
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/10/paraguai-rompe-relacoes-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

OS TURBULENTOS primeiros seis meses do governo Bolsonaro. **DW Revista**, 01 jul. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-turbulentos-primeiros-seis-meses-do-governo-bolsonaro/a-49405380>. Acesso em: 18 jul. 2023

PERUFFO, Luiza. **Integração monetária e financeira na América do Sul: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multi-monetário.** 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em; <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70014>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PINHO, C. **A governança de esquerda na América Latina e a retomada do desenvolvimento diante da aquiescência às instituições da democracia liberal e parlamentar:**

o caso singular do Brasil. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Ipea: Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo3.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023

PINTO, L. F. S.; SEVERO, L. W. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul. Ipea: Brasília, 2011. v. 5, n. -, p. 81-85, Jan/mar de 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4700/1/BEPI_n5_sistema.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

ROCHA, P. D.; MACIEL, H. C. Os desafios à Onda Rosa na segunda metade da década de 2010: uma análise do cenário político sul-americano. uma análise do cenário político sul-americano. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, mar. 2016. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/03/28/os-desafios-a-onda-rosa-na-segunda-metade-da-decada-de-2010-uma-analise-do-cenario-politico-sul-americano/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: **Editora Record**, 2006.

SARAIVA, R. SCHERER, C. As Relações Brasil-Argentina, o Mercosul e a Inserção da China na América do Sul (2011-2014). **Conjuntura Global**, Paraná, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/46294>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, R. G.; SILVA, F. A. MERCOSUL: uma análise da influência dos acordos comerciais do bloco sobre o crescimento do comércio na região. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Viçosa, 2021. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/4398/Mercosul-Uma-an%C3%A1lise-da-influ%C3%Aancia-dos-acordos-comerciais-do-bloco-sobre-o-crescimento-do-com%C3%A9rcio-na-regi%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SISCOMEX. **Mercosul/União Europeia.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SML entre Brasil e Paraguai tem início dia 6. **Diário do Comércio**, 4 ago. 2018. Belo Horizonte. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/sml-entre-brasil-e-paraguai-tem-inicio-dia-6/?amp>. Acesso em: 01 mar. 2023

SOARES FILHO, J. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista Cej**, Brasília, v. 46, n. 13, p. 21-38, jul./set. 2009. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1283>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SOATOARANA, Roberta. **O focem como instrumento de redução das assimetrias estruturais no mercosul**. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2018. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/4140>. Acesso em: 10 Jun 2023.

SOUZA, J. R. R. O conservadorismo na América Latina: análise dos programas de governo apresentados nas eleições da Argentina de 2011, 2015 e 2019. **Textos Graduaados**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 16-29, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/41734/32481>. Acesso em: 18 jul. 2023.

STELZER, J. **Introdução às Relações do Comércio Internacional**. 2. ed. Itajaí: Univali, 2007.

TESSARI, G. R. Regional integration, the structural funds and institutional stability in Mercosur: the creation of FOCEM. **Perspectivas**, São Paulo, v.42, p.115-137, jul./dez. 2012.

UNCTAD. **Trade and Development Report, 2007**. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2007. Disponível em: <https://unctad.org/publication/trade-and-development-report-2007>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VADELL, J. A. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 49, n. 1, p. 194-214, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/BcJPYxdHdwDzFCbgvz4bVtR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 de jul. 2023.

VAN KLAVEREN, Alberto. El eterno retorno del regionalismo latinoamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 275, p. 62-72, jun. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/el-eterno-retorno-del-regionalismo-latinoamericano/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ZEN, C. R. B. **A Evolução do Mercosul e União Européia segundo as fases de integração**. 2008. 87 f. Monografia (Graduação em Comércio Exterior) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008. Disponível em: https://univali.br/Lists/TrabalhosGraduacao/Attachments/617/claudia_zen.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.